

VERA LUCIA CASTELEINS CECILIO

BRASIL-COLÔNIA: A EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA NECESSÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração e Planejamento nas Escolas Públicas do Brasil, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

CURITIBA

1991

Orientador:

Prof. Evaldo Antonio Montiani Ferreira

BRASIL-COLÔNIA: A EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA NECESSÁRIA

por

VERA LUCIA CASTELEINS CECILIO

MONOGRAFIA APRESENTADA AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BRASIL, SETOR DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

COMISSÃO JULGADORA:

Ao meu pai

William Casteleins pela saudade que
deixou

Ao grande mestre e amigo

Evaldo Antonio Montiani Ferreira

AGRADECIMENTOS

A meu marido e meus filhos: pelos incentivos dados e pelos momentos roubados.

À Nina: que mesmo a vida tendo lhe roubado a escola, não lhe tirou o desejo de aprender.

"Nã̄o disse tudo que queria dizer
nem da maneira como queria dizer.
O futuro desmentirá muitas das minhas
afirmações, mas espero que algumas sejam
conservadas;
Em todo o caso há um movimento lento da
história em direção a uma tomada de
consciência do homem pelo homem.
Neste momento tudo o que foi dito no
passado assumirá seu lugar, seu valor.
A história dará a tudo que fizemos
uma espécie de imortalidade.
Em outras palavras é preciso
acreditar no progresso.
Essa talvez seja uma das minhas
últimas ingenuidades".

Jean Paul Sartre

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	1
<u>JUSTIFICATIVA</u>	3
<u>CAPÍTULO I</u> - O MOMENTO DE TRANSIÇÃO: FEUDALISMO/CAPITALIS- MO - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS	8
<u>CAPÍTULO II</u> - A FORMAÇÃO DO NOVO HOMEM: REFORMA E CONTRA REFORMA	31
<u>CAPÍTULO III</u> - O MOVIMENTO DAS TROCAS ... NOVAS ROTAS	51
<u>CAPÍTULO IV</u> - BRASIL COLÔNIA: A EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA NECES- SÁRIA	66
<u>À GUIZA DE CONCLUSÃO</u>	84
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	91

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como requisito básico cumprir a exigência final do Curso de Especialização em Administração e Planejamento da Educação Pública no Brasil realizado pelo Departamento de Planejamento e Administração do setor de Educação da UFPR.

O trabalho ora apresentado na forma de um ensaio acadêmico, não tem a pretensão de encerrar-se em si mesmo no que concerne às questões pertinentes à Educação colonial.

Esse ensaio não se esgota, ao contrário, levanta questões para posteriores aprofundamentos, podendo até, constituir-se em futuro projeto de Dissertação de Mestrado.

A literatura sobre o período colonial é ao mesmo tempo, escassa e dispersa, daí a necessidade de se fazer um "mapeamento" da bibliografia encontrada, acarretando, muitas vezes repetição de obras.

A própria delimitação do período de investigação também teve fundamental importância, dada a necessidade de se considerar historiograficamente esse período - séculos XV e XVII - como um suporte estrutural dos acontecimentos educativos para o Brasil contemporâneo.

Dividido em 4 capítulos, iniciamos descrevendo no 1º capítulo um quadro histórico da situação européia frente a transição do momento *feudalismo/capitalismo* que o Velho Mundo atravessava.

No 2º capítulo procuramos estabelecer um paralelo entre o novo homem *liberado* pelo capitalismo e o homem *tradicional* mantido pela Cia de Jesus.

No 3º capítulo buscamos descrever a prática educativa jesuítica de caráter mercantilista voltada para uma sociedade tribal que não plantava, não criava e não trocava. Para finalizar, no 4º capítulo objetivamos diferenciar formas de controle de acesso ao saber ditados pela Cia de Jesus no período colonial, necessário para a transformação do selvagem improdutivo em homem *civilizado* produtivo.

Nesse sentido, o presente trabalho cumpre a sua intenção inicial enquanto consegue, baseado em estudo histórico, propor a discussão acerca da *EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA NECESSÁRIA PARA UM BRASIL-COLÔNIA*.

JUSTIFICATIVA

O comércio no século XVI interveio na vida econômica européia transformando e redimensionando a dinâmica da produção e do consumo, ensejando o crescimento das cidades, mudando sensivelmente a construção do mundo, pintando, indelevelmente, nos longínquos horizontes da História Moderna um novo Homem.

O moderno contrapunha-se ao antigo. Desenhava-se o período de transição do feudalismo ao capitalismo, numa Europa onde ocorriam aceleradas mudanças nas forças produtivas alterando o modo de produção e direcionando as reflexões acerca da concepção de homem. Tal concepção tornou-se fundamental para a afirmação da burguesia como categoria social na condição de defensora dos direitos gerais da sociedade diante dos seculares privilégios da nobreza.

Já no século XV a educação, participava desse processo de reforma dualista, pois para as camadas trabalhadoras é preconizada uma educação primária elementar e, para as camadas privilegiadas, a possibilidade do ensino médio e superior.

Não há qualquer inconveniente em separar as escolas grandes (populares) das pequenas (para os ricos e também para a classe média) porque é muito grande a diferença de hábitos e de condições existentes entre as classes a que se destinam essas escolas. Os filhos das classes superiores (...) devem ir mais longe que os outros.... As crianças das grandes escolas (populares) devem,

por outro lado, de acordo com a finalidade a que deve obedecer a sua instrução, dedicar pelo menos metade de seu tempo aos trabalhos manuais... deveres que são próprios das classes populares.¹

O espírito humanista desenvolvido durante o século XV era reforçado pelo luteranismo que repudiava os castigos e criticava o verbalismo e as violências do ensino escolástico.

A Igreja Católica, na medida em que se constituía no próprio instrumento de sanção e poderio feudal, vê-se, de repente, sendo contestada por filósofos que defendiam uma espécie de vida que fosse mais laica e menos destruidora do que a até então vivida, bem como uma nova visão do mundo - terrena e humana - ou seja, imanente, natural e racional. O divino dá lugar ao racionalismo, na qual o homem e natureza fazem parte da mesma realidade.

Por outro lado, em oposição à vida dos monges e suas arbitrariedades, surge outra Igreja dogmática, voltada para formular a necessidade de uma reforma "dentro da Igreja" trazendo, conseqüentemente, repercussões "fora da Igreja", pois orientava indivíduos para a competição, na proporção em que contribuía para acompanhar o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Especialmente nas classes menos favorecidas, o trabalho honrado e produtivo aparecia como "vocaçãõ" - chamamento divino - como meio para atingir a certeza da graça.

A Reforma e a reação a ela (Contra-Reforma) suscitou no lusitano a disposição para as aventuras marítimas, disposto ao lucro imediato, na obstinação ao trabalho - não dele, de outros - que mesmo lento pudesse garantir resultados seguros.

Ao alvorecer do capitalismo o português, que de monarquia agrária volta seus olhos para o comércio marítimo - numa indicação da crescente economia monetária - passa à condição de colono livre, mas sem sentir melhoras nas suas condições miseráveis de vida, pois, o comércio é manipulado pela Corôa para sustentar o sêquito, garantindo assim a segurança do patrimônio real.

Logo, os fidalgos e nobres sediados na Colônia-Brasil, reproduziram um tipo de vida monótona e pobre, pois se para cá vieram foi porque a vida lhes fora má e áspera na sua terra natal. Não traziam contudo os elementos culturais que lhes são atribuídos e nem poderiam adquirí-los aqui. Não havia um ambiente cultural europeu na colônia e muito menos espaço para alguma atividade intelectual requintada.

Com a população predominantemente escrava, a educação nacional estabeleceu-se nas mãos das Companhias que a princípio dedicaram-se ao aldeamento dōs índios e colégios para os colonos formadores de clêricos e escreventes.

Para levar a cabo sua missão, os padres jesuítas tornaram-se os primeiros mestres da nova colônia portuguesa. Ao lado da escola de ler, escrever e contar, introduziram o ensino profissional, pois a colônia era um acampamento provisório para captar matéria-prima que seria enviada à Coroa.

Certamente, a influência da religião na vida colonial, entrelaça-se à vida profissional e às instituições, assumindo caráter utilitário quando fomentada nas escolas de preparação profissional.

A cristianização dōs indígenas e de grande número de descendentes portugueses foi o resultado de uma concepção de

vida dominante em toda a metrópole e em seu único centro universitário - Coimbra - pois estava sob a influência direta do clero, particularmente da Cia de Jesus, constituindo-se em aparelho de esterilização intelectual e científico que por ventura aflorava-se na Colônia ou na Metrópole.

NOTA DE REFERÊNCIA

¹PONCE, Anibal. Educação e luta de classe. São Paulo : Cortez, 1988. p. 136.

CAPÍTULO I

O MOMENTO DE TRANSIÇÃO: FEUDALISMO/CAPITALISMO - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

Profundas transformações ocorriam na Europa após as invasões dos bárbaros que se sucederam ao domínio romano. O trabalho escravo já não mais correspondia às necessidades geradas pela produção cada vez maior da comunidade, que tinham perante si trabalhadores arruinados pela guerra e desprotegidos do poder imperial romano.

As conquistas romanas produziam um enorme espólio de guerra, sob a forma de jóias, pedras preciosas, ouro e prata. Além disso, os povos vencidos eram obrigados a pagar pesadas indenizações de guerra. As conquistas resultaram também em grandes contingentes de escravos, que enriqueciam os generais que os vendiam no mercado.¹

Verificou-se então uma ruptura no antigo modo de produção escravocrata dos romanos, de caráter agropastoril, transformou-se numa economia apoiada no comércio e "segundo esse modo de produção, a vila era o centro da vida dos habitantes do campo, e a condição básica para o indivíduo ter a posse do solo era pertencer a comunidade".²

Pertencer a comunidade "continua sendo condição prévia para a apropriação da terra mas, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado".³

Em outras palavras: a terra era a única fonte de subsistência e condição de riquezas, possuí-la significava ser membro de uma comunidade.

A situação de penúria que viviam os camponeses era determinada por grandes proprietários romanos, que através de encargos e compromissos, reuniam numa relação de dependência profunda escravos abandonados, ex-soldados e colonos desprotegidos levando os referidos romanos a deixar o modo de produção escravocrata para lançar as condições básicas de um novo modo de produção.

Os escravos eram muito numerosos durante o período posterior às grandes conquistas. Seu preço, por isso, era baixíssimo; não valiam nem mesmo o que comiam ou vestiam. Se um proprietário não necessitasse mais de um escravo, era mais econômico deixá-lo morrer do que sustentá-lo e no momento oportuno comprar outro.⁴

A servidão ia lenta e seguramente se constituindo na relação de produção dominante, na medida em que a produção se organizava dentro e à volta de áreas conhecidas como feudos, pois "... a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era a chave da fortuna de um homem".⁵

Tais condições proporcionavam constantes disputas de terras "para vencer as guerras, era preciso aliciar tanta gente quanto possível, e a forma de fazê-lo era contratar guerreiros concedendo-lhes terra em troca de certos pagamentos e promessa de auxílio, quando necessário".⁶

A resultante insegurança gerada pelo estado, mais ou menos contínuo, de guerras iminentes, acentuava a dependência mútua do senhor e do vassalo e reforçava a estrutura básica

das relações feudais pois, "... o feudalismo estabeleceu-se sobre as ruínas da sociedade clássica escravista".⁷

Nesses dois modos de produção caracterizados na formação social antiga e medieval da Europa, o cristianismo estivera presente assumindo um caráter de base na consolidação do processo de organização dessa sociedade. Inicialmente, não havia dentro da própria Igreja nenhuma distinção de direção do movimento cristão. Com o correr do tempo, e com o cristianismo tomando corpo, a direção do movimento cristão, passou a ter um caráter hierárquico clerical, seja entre a paróquia, diocese até o posto mais elevado o Papa - chefe supremo da Igreja.

O cristianismo, parte integrante desse sistema feudal, constituindo-se numa organização mais poderosa, maior, mais antiga e duradoura que qualquer coroa. Seu prestígio aumentava a proporção que se prestava ao papel de defensor do bem-estar social; ora pregando caridade, justiça, bondade; ora prometendo a salvação aos ricos e aos pobres, aos homens livres e aos servos considerando-os iguais perante Deus.

As sucessivas vitórias de guerras de conquistas fizeram dos romanos um povo cobiçoso e prepotente. Os cristãos ao pregarem os ideais de humildade e de não resistência, resignação, e sua pregação contra os ricos os fizeram inimigos da ordem romana estabelecida, sendo muitas vezes perseguidos por considerações políticas e sociais do que por motivos religiosos.

Na proporção que a perseguição tornou-se contraprodcente, o zelo pelos que sobreviveram resultaram numa nova fé que se espalhou mais rapidamente do que nunca, dando origem a

igreja. A medida que o império romano decaía, a igreja assumiu muitas de suas funções (presidir os serviços, disciplinar os fiéis, civilizar os bárbaros, preservar e transmitir a cultura antiga); o que ajudou a manter a ordem no meio do caos que se generalizava.

Além disso a igreja obtivera riqueza no único sentido que prevalecia na época: em terras.

A Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal. Homens preocupados com a espécie de vida de tinham levado e desejosos de passar para o lado direito de Deus antes de morrer, doavam terras à Igreja; outras pessoas, achando que a Igreja realizava uma grande obra de assistência aos doentes e aos pobres, desejando ajudá-la nessa tarefa, davam-lhes terras; alguns nobres e reis criaram o hábito de, sempre que venciam uma guerra e se apoderavam das terras do inimigo, doar parte delas à Igreja; por esses e outros meios a Igreja aumentava as suas, até que se tornou proprietária de entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental.⁸

Há de se considerar que o cristianismo nasceu e difundiu-se nos meios sociais inferiores e explorados, arruinando o homem de sua condição de liberdade esmagada pela grande massa dominadora do Império Romano, os cristãos eram considerados como cidadãos desleais e elementos perigosos.

O caráter de resignação, ensinado pela Igreja, desviava em muito a atenção das massas exploradas e oprimidas da luta contra os opressores, pois eram eles que produziam quase todo o suprimento alimentar do Império Romano.

No decorrer do século III, a Igreja passou por transformações - deixou de ser uma religião dos "fracos e oprimidos" para tornar-se apenas uma religião que serviu de instrumento de opressão e sustentáculo das camadas dominantes.

As formas de coersão usadas pela Igreja para legitimar as relações de dominação e servidão, foram as mais variadas possíveis.

O servo trabalha; é aterrorizado pelas ameaças, despojado de seus bens, pois embora nada possua, é compelido a ganhar; e se possui alguma coisa, é forçado a não tê-la; o erro do senhor é o castigo do servo; o erro do servo é pretexto do senhor para atacá-lo (...) Ó terrível condição de servidão! A natureza faz nascer homens livres mas o destino os fez servos. O servo não pode deixar de sofrer, mas a ninguém é permitido compadecer-se dele; e é forçado a lamentar-se com ele. Não se pertence, mas não tem ninguém por si.⁹

Ou seja, a Igreja tinha se tornado proprietária de consideráveis domínios e "ser padre" tornou-se um negócio lucrativo pois esta passou a admitir os ricos na igreja sob a condição de distribuírem voluntariamente seus bens aos pobres.

Essas relações se concretizaram primordialmente no campo, onde o produtor direto não era o proprietário de terra e trabalhava para o senhor sob a forma de dependência social e jurídica, legitimada pelo poder político.

A maioria das pessoas, com seu trabalho duro e diário, possibilitava abundante parcela de alimento e vestuário para que cléricos e padres rezassem, cavaleiros combatessem e nobreza se locupletasse cada vez mais, submetendo mais pessoas ao seu domínio quanto mais terras conquistassem.

Aos camponeses restara plantar e cuidar da colheita para produção de alimentos, assim como tecer, costurar, fazer armaduras, construir castelos, igrejas, casas... para ampliação e sustento da riqueza das duas outras camadas sociais dominantes.

O clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo de terras.¹⁰

Na verdade, o trabalho constituía-se num duro fardo, pois os camponeses eram obrigados pela força a produzir um excedente econômico sob a forma de apropriação de renda denominada corvéia, banalidade, censo etc.

Os camponeses individualmente dependentes do seu senhor, são agrupados em comunidades que decupla a sua capacidade de resistência e de luta contra seu senhor. Estão submetidos às corvéias e às rendas em gêneros e em dinheiro, tornando estas rendas necessário o uso de coações extra-econômicas.¹¹

Os laços de dependência estabelecidos fôra de homem para homem. O sentimento de honra e lealdade fôra enraizado no espírito do camponês de tal forma, que as unidades administrativas e econômicas os levaram a regulação de tratados de aliança. A fidelidade era dada ao senhor feudal, não à cidade, nem ao rei, monarca de toda uma nação.

Escravos e servos tornaram-se propriedades comuns do grupo a que pertencem o seu senhor e o próprio senhor depende de sua comunidade, pois a formação das aglomerações sociais envolvia numerosos trabalhos de instalação e de defesa que eles mesmos deviam se prover. A riqueza e o poder de um senhor dependiam, fundamentalmente, da extensão e da fertilidade de suas terras, pois delas derivavam sua subsistência e sua garantia econômica. Quanto mais terras dominasse um senhor para distribuir na forma de "benefício" a outros indivíduos em troca de obrigações pessoais, mais estariam consolidados o seu poder e

a sua autoridade. Mais servos lhe prestariam honras e homenagens.

Arruinados pelas guerras e pelas pilhagens, viram-se obrigados a procurar a proteção da nova nobreza ou da Igreja, pois o poder real era demasiado débil para defender; porém tiveram de comprar caro essa proteção (...) precisaram de transferir a propriedade de suas terras para o suserano, que a concedeu sob formas variadas e variáveis, mas sempre contra a prestação de serviços e o pagamento de rendas; uma vez submetidos a essa forma de dependência, perderam pouco a pouco a liberdade pessoal; ao fim de algumas gerações eram já na maioria, pura e simplesmente servos.¹²

A sociedade feudal era eminentemente agrária, sendo a terra a principal fonte de riquezas.

Diante das condições de produção em que se encontrava o campesinato, não houve avanço ao nível das forças produtivas, pois os meios de produção utilizados eram rudimentares, quer no processo agrícola, quer no processo artesanal.

O sistema comunitário de cultivo à terra, não estimulou a qualquer inovação, gerando uma rotina de trabalho, pois o próprio produtor direto (camponês) não sentiu interesse em aumentar sua produção pois o excedente era expropriado pelo senhor feudal mediante a imposição de algum tributo.

Conseqüentemente a vida social era bastante precária, devido a baixa produtividade econômica. Restava-lhe apenas a condição de viver como servo da terra, pois estes acreditavam que esta era a única forma de sobrevivência pessoal.

Uma parte do sobretrabalho da comunidade pertence à comunidade superior que acaba por existir como pessoa e este sobretrabalho é traduzido ao mesmo tempo pelo tributo e por obras comuns destinadas a glorificar a unidade, a glorificar a qualquer déspota real quer o Deus representasse imaginário da tribo.¹³

Nesse modo de produção a propriedade da terra constituía-se na base econômica do poder dos senhores feudais e na base de sustentação de vida do servo.

Há de se notar que o poder político central representado na figura do Rei, viu-se enfraquecido pelo predomínio do poder dos senhores locais e pelo desmembramento territorial, pois o poderio de cada um deles dependia da extensão e da riqueza do feudo, a realeza tornou-se eletiva determinando, conseqüentemente, a posição social de cada indivíduo.

A vinculação da sociedade processou-se pelos laços de dependência, e pelo espírito de associação, regulamentado pela lei do costume de um povo que habitava um mesmo território.

São os camponeses que fazem viver os outros, que os alimentam e sustentam, são eles que sofrem os mais graves tormentos, a neve, a chuva e o furacão. Rasgam a terra com suas mãos, com sacrifício e muita fome. Levam uma vida bastante rude, pobre, mendicante e miserável. Sem essa raça de homens não sei como os outros poderiam viver.¹⁴

O costume tornou-se lei; a sociedade aristocrática; a economia natural baseou-se na troca para sua subsistência, na qual cada feudo produzia o necessário para os que habitavam aquele domínio. O rei enfraquecera-se politicamente havendo um desmembramento territorial que levou-os em decorrência, a empreendimentos militares, daí a educação visar o fortalecimento do físico e o adestramento militar, enfatizando a arte de cavalgar e o manejo das armas.

Há de se salientar que essa sociedade só podia pertencer aos cristãos, sendo excluídos os judeus e os hereges. Só que pertencer a esta sociedade não lhes era permitido pois, a explosão do misticismo produzido no século XIII - que deu

vazão a paixões e crenças populares - desencadeou contra os hereges uma série de levantes, qualquer contato com os fiéis era reprimido, muitas vezes chegando à morte.

Os judeus desempenharam papel de vendedores ambulantes de produtos orientais, introduzindo especiarias no comércio europeu. Desse modo, alguns adquiriram terras, vinhedos e também praticaram os empréstimos à juros para ordens eclesiásticas o que lhes dava apreciável vantagem de poder, pois, em alguns lugares, os judeus estavam colocados sob proteção do soberano territorial, o que significa que dependiam de seus caprichos.

Em contra-partida eram acusados também de todas as espécies de horrores e sacrilégios, pois praticavam a usura (proibida unicamente aos cristãos) e se aproveitavam dessa situação, pois aos judeus se recorria em caso de necessidade, o que lhes permitia explorar esse talento. Ou seja, os mercadores e financistas da época - os judeus - constituíram-se em verdadeiro poder econômico por trás dos tronos, pois eram eles que financiavam as ambições, conquistas e guerras dos reis. Em troca recebiam proventos de minas, especulações comerciais, terras da coroa, de praticamente todo tipo de empreendimento que desse lucro.

O sistema feudal (...) repousava sobre uma organização que, em troca de proteção, frequentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias, e concedia a terra não a quem a cultivava, mas aos capazes de dela se apoderarem. ¹⁵

A Europa passara por um estágio de ruralização durante muito tempo. Houve esvaziamento das cidades, até o momento em que o sistema de troca de mercadorias se intensificou de tal

maneira que ao "renascer comercial entre as cidades", iniciada no século IX, gerou uma crise no sistema feudal.

No fim da Idade Média algumas cidades da Europa tinham conquistado certo grau de independência em relação ao controle feudal. Tornaram-se verdadeiros centros comerciais espalhados por todo o continente realizando feiras entre si, pois a procura de mercadorias estrangeiras intensificava-se arrebatando a rota do Mediterrâneo na ânsia de unir o Ocidente ao Oriente. Tal fenômeno se deu no instante em que houve o aumento da produção gerado pelo avanço das forças produtivas que passaram a desenvolver a produção agrícola.

Terras antes não cultivadas são transformadas em áreas de cultivo, seja por iniciativa dos senhores feudais, seja por iniciativa dos camponeses.

Inovações técnicas são introduzidas na produção agrícola, o aperfeiçoamento técnico ocorrido nos meios de produção possibilitaram excedentes de produção liberando parte da população para outras atividades econômicas não vinculadas à terra: o artesanato e o comércio urbano, principalmente.

Apesar do avanço dado pela economia rural, com a ampliação das áreas cultivadas, não se verificou um rompimento dos laços de dependência estabelecidos anteriormente entre o senhor feudal e o camponês; na verdade o crescimento das cidades se deu em função do comércio estabelecido entre elas.

... a economia de ausência de mercado se modificou para uma economia de muitos mercados; e com o crescimento do comércio a economia natural do feudo auto-suficiente no início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão.¹⁶

Depois do século XII esse momento de transição - baseado na troca de produtos - foi substituído pela moeda para que os senhores feudais pudessem comprar os produtos "fabricados" fora do feudo, o que gerou para o camponês, mais um tributo a ser pago, só que desta vez em forma de dinheiro.

Para conseguir isso, o camponês passou a vender parte do produto de seu trabalho nos mercados urbanos.

Dessa maneira o aumento das relações de troca possibilitou o desenvolvimento de um novo modo de produção caracterizado pela intensificação do comércio desenvolvido nas cidades próximas. Tal alteração permitiu que outros homens - comerciantes - juntassem dinheiro e passassem a disputar o poder. Nesse mundo em transformação abriu-se uma nova perspectiva para o camponês, que durante anos havia se resignado à divisão social claramente marcada, cumprindo-a sem discutir.

O valor das terras localizadas dentro dos feudos alcançou níveis fantásticos favorecendo a existência de uma classe rica que vivia de rendas. Dessa prática, nascia o burgo, nasciam os burgueses, que interessados em ampliar suas atividades econômicas aliaram aos Reis na luta contra os senhores feudais, verdadeiros entraves para suas intenções de ampliar fortuna e de participação no controle do feudo.

A posse da terra que fôra a única fonte de riqueza - que restringia o poder de governar ao clero e à nobreza - continuava intocada, no entanto, passava a ter um novo significado qual seja o da produtividade cujo fator essencial para valorizá-la era o TRABALHO.

A oferta do trabalho, no século IX, trazia no seu bojo, a posse do dinheiro, nova fonte de riqueza, pois despertara na

nascente burguesia um sentimento de poder desejosa de participar da nova autoridade forte que emergira da aliança que se estabelecera entre burguesia-realeza no século XII.

O mais rico é quem mais se preocupa com o número de guardas em seu quarteirão. Os que se utilizam das estradas para enviar suas mercadorias ou dinheiro a outros lugares são os que mais reclamam proteção contra assaltos e isenção de taxas de pedágio... A classe média queria ordem e segurança.¹⁷

Isto quer dizer que, confusão e insegurança não eram bons para os negócios; a proteção era necessária. O enfraquecimento da nobreza por ter perdido grande parte de suas terras e servos, os fez aliarem-se aos burgueses "que possibilitaram contratar e pagar um exército permanente, bem equipado em armas"¹⁸ para zelar pela segurança dos negócios desenvolvidos entre uma cidade e outra.

Dessa maneira o poder do rei passava a existir mais por mal do que formalmente. Todavia, ao longo da sua luta por um lugar de importância no fechado grupo da nobreza latifundiária, fora o único aliado forte das cidades na luta contra os senhores feudais pois, por inúmeras vezes, recorreu à classe de homens de dinheiro para reduzir a força dos "proprietários" feudais.

Embora isso fosse difícil, os empréstimos eram realizados pelos eclesiásticos que em caso de necessidade mandavam fundir algumas peças de ourivesaria para equivalê-la a um numerário. Ou quando desejavam comprar algum domínio, toda diocese arcava com os gastos da operação. Essa prática, era mais comum em tempo de fome quando as reservas dos vizinhos - proprietários feudais - se achavam esgotados e estes precisavam de víveres indispensáveis à sua sobrevivência.

Assim, os eclesiásticos antecipavam os fundos necessários, contando que o devedor empenhasse uma extensão territorial que garantisse o pagamento de sua dívida.

Além disso, existia também no século XI um considerável número de mercadores que dispunham de capital líquido que emprestavam às abadias quantias necessárias para as compras de domínios e somente o faziam em trôco de vantagens bem definidas: leis, proteção contra assaltos nas estradas, isenção de taxas de pedágio etc.

Com o crescente poder na monarquia nacional, os reis começaram a derrubar monopólios locais e como exemplo pode-se citar a Monarquia Ibérica.

As transformações que ocorreram na Europa se deram ao nível de infra-estrutura portanto, na base econômica. Tornava-se cada vez mais claro que o dinheiro só fluiria do poder real na medida em que o comércio e a indústria prosperassem.

Por outro lado, as mudanças da super-estrutura, no jurídico-político, portanto, também se fizeram sentir à medida que os interesses já não eram mais locais e sim de certa identidade de interesses, em torno de uma NAÇÃO.

Cada vez mais, os reis dependiam do dinheiro, do conselho e de ajuda no governo de seus crescentes reinos. Huberman nos esclarece:

... um pacto tácito foi concluído entre ele (a realeza) e a burguesia industrial de empreendedores e empregados. Colocavam a serviço do Estado Monárquico sua influência política e social, os recursos de sua inteligência e sua riqueza. Em troca, o Estado multiplicava seus privilégios econômicos e sociais. Subordinava a ela os trabalhadores comuns, mantidos nessa posição e obrigados a uma obediência rigorosa.¹⁹

A sociedade ingressara numa nova fase de desenvolvimento. As necessidades mudaram a vida dos habitantes das cidades, pois estes se ocupavam total ou principalmente do comércio e da indústria e necessitavam obter do campo o suprimento de alimentos. Estabelece-se portanto, aos poucos, uma divisão de trabalho entre cidade e o campo.

No século X, quando o comércio começou a expandir-se na troca de produtos à longa distância, tornou-se inevitável que a especialização e a divisão do trabalho - tomadas em conjunto pois, como bem retrata SWEEZY,

em todas as direções por onde o comércio se espalha, cria o desejo pelos novos artigos de consumo que traz consigo. Como sempre acontece, a aristocracia deseja rodear-se de luxo, ou pelo menos, do conforto próprio da sua população social. Comparando a vida de um cavaleiro do século XI com a de um do século XII, por exemplo, vemos imediatamente como cresceram as despesas necessárias para alimentação, vestuário, mobiliário caseiro e, acima de tudo, armas entre estes dois períodos.²⁰

A economia é então marcada pelo predomínio do capital comercial. Isso se caracteriza pelo escambo de produtos, pelo uso de moedas e pela afirmação das bases materiais. O comércio em expansão, ampliação das rotas comerciais, aumento da produção manufatureira é caracterizado por SWEEZY em uma de suas obras:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e uma circulação de mercadorias desenvolvida, o comércio, foram as pré-condições históricas sob as quais ele vai aparecer. O comércio mundial e o mercado mundial abrem, no século XVI, a moderna história da vida do capital.²¹

Como as cidades cresceram dentro da estrutura da sociedade feudal, seus habitantes retiveram certas relações de dependência a um senhor e só mais tarde é que o comércio se tornou uma ocupação principal dos habitantes.

A antiga ordem feudal começara a romper-se sob a pressão das forças econômicas que não podiam ser controladas.

No movimento das trocas, a produção da economia natural cedeu lugar à manufatura, iniciando uma acumulação do capital, que expropriou as terras dos produtores, separando-os também na produção artesanal, dos meios de produção.

Ou seja, os produtos não são só resultado, mas continuam ao mesmo tempo, a **condição do processo de trabalho**.

A transição a partir do modo de produção feudal efetua-se de duas maneiras. O produtor torna-se comerciante e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato corporativo da indústria urbana da Idade Média. ... Ou ainda o comerciante apodera-se, diretamente, da produção. Conquanto esta via desempenha, na História, um papel de transição (...) de fato não chega a revolucionar o antigo modo de produção, que preserva e usa como sua premissa.²²

Muitas modificações vão ser introduzidas nos meios de produção que vão transformar-se dia a dia. O tear individual cedera lugar ao tear coletivo, a máquina de fiar substituíra a roca e inegavelmente, a produção perde o caráter individual, o trabalho é convergido em mercadoria e dela brota o capitalismo uma nova forma de produção, que culminará com a solidificação do capital no século XIII.

Filho das contradições, o capitalismo afeta o caráter da produção e as relações sociais que se estabeleceram influenciando, daí em diante, radicalmente, a divisão do tra-

balho e transformando a própria relação entre o trabalhador e o processo produtivo.

Esta separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção inteiramente divorciado do trabalho. No processo de produção dá-se, então, uma separação total entre o uso (que não tem importância direta), e a troca e a acumulação que vão constituir o objetivo direto da produção.²³

Na verdade, a medida que o comércio se desenvolvia, numa economia de troca, tornou-se monetária, necessitava-se de homens livres de qualquer propriedade.

A emancipação dos camponeses foi na realidade a emancipação do senhor da terra, que, tendo, doravante de tratar com homens livres não adritos à sua gleba, pode dispor destes últimos recorrendo a contratos simples revogáveis, cuja breve duração lhe permitiu modificá-los de acordo com o aumento da renda do solo.²⁴

Só a figura deste "homem livre" poderia empregar sua força de trabalho no desenvolvimento das relações mercantis. Isto originalmente significava o homem desvinculado da terra, pois esta era, ao mesmo tempo, matéria-prima, instrumento de trabalho e fruto de seu relacionamento com as condições de produção.

Nesta forma, o homem não se torna um proprietário de terra, mas somente um possuidor, ele mesmo é, no fundo, a propriedade, o escravo daquilo que corporifica a unidade da comunidade.²⁵

A exploração desmesurada dos camponeses pelos seus senhores, resultou em fugas e estabelecimento de cidades cria-

doras da economia monetária, pois a economia "natural", tradicional, acarretara o colapso do feudalismo.

Desta forma, a realeza viu-se atrelada à burguesia, pois esta passara a ter papel histórico no processo de acumulação de riqueza. O Estado passava a ter caráter centralizador e absolutista, estabelecendo controle e vigilância sobre todas as ações dos burgueses, ao estabelecer arrecadação de recursos - impostos e taxas - que sustentavam sua opulência.

Uma nova era abria-se para o capital mercantil, mais fecunda do que as repúblicas mediterrâneas da Idade Média, porque se tratava agora da constituição de um mercado mundial, cujo impulso atingia todo o sistema produtivo europeu, e do qual, grandes Estados (e não simples cidades) se aproveitariam para se edificarem.²⁶

O período compreendido entre os séculos XIV-XV e XVIII-XIX, assiste à crise geral do feudalismo na Europa.

A substituição do Estado feudal pelo Estado burguês só se tornou decisiva quando as revoluções de ordem política sancionaram, juridicamente, as reais alterações da estrutura econômica-social, consagrando a importância política da já burguesia detentora das relações mercantis.

A sociedade que parecia conformada com a dependência servil, à nobreza e ao clero, despertou para a luta, para a obtenção de melhores condições de vida e de trabalho, gerando revoluções burguesas que significaram mudanças no plano jurídico-político, cujos resultados sublimaram a desigualdade de condições de vida do trabalhador.

As grandes massas populacionais de miseráveis passaram a fazer parte de uma sociedade que começava a se confrontar

mais explicitamente com a luta de classe gerada pela profunda desigualdade social agudizada nesse momento histórico.

Paradoxalmente, a sociedade constituída de facções empenhava-se em articular um modo de pensar que pudesse representar a libertação do homem medieval, que por sua vez experimentava momentos de independência de conhecimentos que o levariam a dominar ou controlar ainda mais a natureza, a fim de poder estabelecer o movimento das trocas.

Assim pois, a partir do século VIII, a terra foi a única fonte de subsistência e a única condição de riqueza do homem.

Todas as camadas sociais, desde o imperador ao mais humilde dos servos, todos viviam direta ou indiretamente dos produtos do solo, fossem eles frutos de seu trabalho ou de outrem.

Toda a existência social fundamentava-se na propriedade ou na posse da terra. Daí, a sociedade manter-se sob a forma de feudo por estar impossibilitada de amparar-se sob uma soberania real.

Desse modo, cada domínio dedicou-se a uma espécie de economia fechada sem mercados exteriores. Cada qual se adaptou a uma situação: os senhores providenciavam tributos que os camponeses deveriam pagar e, em troca, davam-lhe proteção, implementos necessários para a labuta no campo, roupas e oficinas para desenvolver trabalhos manuais que subsidiaram o feudo na falta de comércio e indústria. O comércio fortuito existia, pois as incertezas climáticas levaram, muitas vezes os senhores a mandarem seus servos buscar provisões em outros feudos para seu próprio suprimento. Isso demandava ao senhor

baixar de seus cofres algum dinheiro ou até mesmo endividar-se em algum mosteiro para poder sobreviver.

Em tempos de prosperidade, o mesmo senhor se via condicionado a vender o excedente da colheita, seja na base de troca, ou de dinheiro.

No entanto, o que se deve ter com clareza, neste período da Idade Média - século IX a XII - é que a atividade comercial é esporádica, surgida das circunstâncias que as necessidades de sobrevivência impunham.

As tendências das transformações comerciais começaram a aparecer quando as trocas deixam de ser locais e passam a ser feitas através de postos de vendas maiores - as chamadas feiras - atraindo peregrinos, saltimbancos, vendedores e compradores para ali realizarem todos os tipos de transações possíveis.

A condição de camada social continua sendo determinada pela relação que este estabelece com a terra, ou seja, o sujeito que trabalha ou produz as condições materiais para sua existência ou de outrem, não quer dizer que a sua produção ou reprodução desses bens materiais leve ao pressuposto de sua existência de indivíduo como proprietário de terra.

Uma minoria de proprietários eclesiásticos ou nobres detiam a propriedade, abaixo deles encontrava-se uma multidão de colonos disseminados pelos limites dos domínios, ou sejam quem possuía a terra possuía ao mesmo tempo, liberdade e poder; quem dela encontrava-se privado, ficava reduzido à servidão.

Como regra geral, a servidão era uma condição de vida normal nesses séculos, isto é, de todo um povo, reduzido a

condição de viventes presos à terra, dependentes e explorados, em vez de protegidos sob o poder e o domínio senhorial.

É nesse mundo feudal extremamente hierárquico que o papel da Igreja se reveste de suma importância, pois durante os séculos IX ao XII toda administração dos domínios feudais esteve em suas mãos. Possui, ao mesmo tempo, a ascendência econômica e moral que faz o clero superior a nobreza, em termos de dominação. Dispõe de uma fortuna em espécie advinda de oferendas dos fiéis e esmolas de peregrinos, que lhes permite, em tempo de carência, emprestar seus dinheiros aos nobres mais necessitados. Além disso, a Igreja possuía o controle da leitura, da escrita, conseqüentemente da interpretação e divulgação do que estava escrito e do que era lido, o que lhe permitia deixar toda uma sociedade em ignorância e sob sua dominação. Só na Igreja encontravam-se homens capazes de estabelecer relações políticas recrutados entre reis e príncipes que formavam o pessoal douto cooptado aos interesses clericais.

A Igreja, portanto, não foi somente a grande autoridade moral, mas estabeleceu também, um grande poderio financeiro, fundamentando a ordem política social e a posse da terra. Sendo a terra uma dádiva divina, aquela que nela nascia como servo, nela deveria trabalhar e permanecer nesta condição até que da vida moral temporal, passasse à verdadeira vida baseada em "valores" espirituais e eterna.

Competia aos ricos, aliviá-los dos problemas temporais por meio de caridade. Assim como os excedentes deveriam ser repartidos de graça pelos camponeses, na mesma medida eram distribuídos de graça, pela Igreja, os adiantamentos que lhes fossem pedidos em caso de necessidade.

Todavia, a usura, o comércio e lucro sempre existiram, pois naqueles séculos cada domínio bastava a si mesmo e constituía-se num mundo fechado. Nada mais interessante e elucidante pensar-se que somente a fome os obrigava a pedir emprego, quando na realidade a concepção de vida católica romana já os tinha condenado. Esse estado de espírito impregnou-se de tal forma, que serão necessários muitos séculos para que novas práticas fiduciais (confiança na piedade divina) sejam aceitas.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ARRUDA, José Jobson de. História antiga e medieval. São Paulo : Ática, 1977. p. 227.

²ARRUDA, p. 228.

³MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. p. 70.

⁴MARX, p. 230.

⁵HUBERMAN, Léo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. p. 19.

⁶HUBERMAN, p. 19.

⁷MARX, p. 34.

⁸HUBERMAN, p. 28.

⁹Depoimento do Papa Inocêncio II citado por MORTON, A.L. A história do povo inglês. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, 1970. In: AQUINO, Rubin Santos L. de. et alii. História das sociedades. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1980. p. 391.

¹⁰HUBERMAN, p. 24.

¹¹C.E.R.M. O modo de produção asiático. Lisboa : Seara Nova, 1974. p. 77.

¹²C.E.R.M., p. 76.

¹³C.E.R.M., p. 72.

¹⁴OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do trabalho. São Paulo : Ática, 1987. p. 52.

¹⁵HUBERMAN, p. 24.

¹⁶HUBERMAN, p. 34.

¹⁷HUBERMAN, p. 79-80.

¹⁸HUBERMAN, p. 81.

¹⁹HUBERMAN, p. 85.

²⁰SWEEZY, Paul M. Do feudalismo ao capitalismo. São Paulo : Martins Fontes, 1977. p. 36.

²¹SWEEZY, p. 48.

²²MARX, Karl. O capital, v.3, p. 393. In: SWEEZY, Paul M. Do feudalismo ao capitalismo. São Paulo : Martins Fontes, 1977. p. 53.

²³MARX, p. 17.

²⁴SWEEZY, p. 39.

²⁵MARX, p. 87.

²⁶OLIVEIRA, p. 67.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO NOVO HOMEM: REFORMA E CONTRA REFORMA

O século anterior à reforma, século XIV, trouxe no seu bojo a transição da economia feudal - de subsistência e auto-suficiente, para uma economia monetária e de mercado, - de uma sociedade rural e de estamentos -, para uma sociedade urbana e de classes - do sistema feudal fragmentado -, para os Estados Nacionais centralizados.

Por volta do século X- o feudalismo iniciava o seu longo declínio assinalando na ordem econômica política e social um golpe irreversível que abalou toda a Europa no século XIV.

A ordem eclesiástica forma um só corpo, mas a divisão da sociedade compreende 3 ordens. A lei humana distingue duas condições. O nobre e o não livre não são governados por uma lei idêntica. Os nobres: são os guerreiros, os protetores das Igrejas. Defendem a todos os homens do povo, grandes ou modestos, e também a si mesmos. A outra classe é a dos não livres. Esta desgraçada raça nada possui sem sofrimentos. Provisões, vestimentas são fornecidas a todos pelos não livres, pois nenhum homem livre é capaz de viver sem eles. Portanto, a cidade de Deus, que se crê única, está dividida em 3 ordens: alguns rezam, outros combatem e outros trabalham.¹

O surto econômico desenvolvido nesse período, demandou um novo modo de produção, transformando a então servidão de gleba em companhias ou associações de mercadores. A pró-

pria economia monástica, na época, se apoiava numa organização de trabalho que estava submetida a estritas regras disciplinares. Essas transformações vieram abalar profundamente seu campo de atuação na sociedade em mutação.

Reportando ao capítulo anterior, o crescimento das cidades - que levou as pessoas a abandonarem os campos - deixou no prejuízo a economia doméstica dos mosteiros com a difícil mão-de-obra para trabalhar nos campos.

A Igreja, até então detentora de maior riqueza, envolve-se em grave crise econômica. Seu patrimônio consistia, primordialmente em bens materiais como: casas, feudos, contribuições de produtos naturais, dízimos, rendas de terra etc... perdiam muito de seus bens vendendo-os ou penhorando-os a "judeus como garantia, em contração de dívidas".²

As dificuldades econômicas da Igreja, induziram papas e bispos a empregarem meios sempre novos como garantia e manutenção de suas rendas ao cobrarem impostos e tributações devidos à autoridade territorial, em nome de Deus.

Os homens da época não tinham uma visão de toda a situação econômica que vivia a Europa, mas reclamavam contra toda a política financeira dos papas e demais clérigos que, por lei católica proibia a tributação dos bens da Igreja. Isso significava uma sobrecarga de tributação para outros proprietários, como os mercadores e banqueiros prósperos, que queriam lucro e recusavam-se a aceitar determinações da Igreja em seus negócios.

Os novos e poderosos comerciantes, Francisco Dantini, os Médicis, os Fugger, ousaram encarnar o pecado, frente à moral da Igreja, o pecado por autonomia daqueles novos tempos: o da cobiça.³

O comércio dos "perdões" passava muitas vezes para as mãos de banqueiros que os negociavam à base de comissão. Já havia um enorme abismo entre o que a Igreja pregava e o que fazia. "Emprestar a juros, dizia ela, era usura e a usura era pecado".⁴ Essa teoria fundava-se na premissa de que negócio com visio no lucro é essencialmente imoral; e toda riqueza adquirida além dessa quantia devia ser entregue à Igreja, em benefício dos necessitados.

Embora os reis e bispos combatesse e fizessem lei contra os juros, estavam entre os primeiros a violar tais leis. Eles mesmos tomavam empréstimos, ou os faziam, a juros - exatamente quando combatiam outros usuários.⁵

Deste modo os eclesiásticos por demais ocupados em suas questões econômico-jurídicas, exerciam suas funções mais como administradores que como guias espirituais. A religiosidade dos fiéis encontrava-se abandonada a si mesma, com seus próprios sentimentos e reflexões interiores.

O clero se preocupava, sobretudo, com a observância externa do culto e da rentabilidade de seus tributos, intervindo muito pouco para eliminar o desajuste e confusão que se vêem envolvidas as crenças.

A cobiça era condenada pela Igreja. Mas a Igreja representava o velho (...) e agora (...), nesses novos tempos (...) a cobiça era a mola mestra do comércio que se desenvolvia. Quem estava tomado daquele mal tinha necessariamente possibilidades de ser rico. E os nobres e os burgueses endinheirados faziam construir santuários privados, em que se rogava especialmente pelos mortos da própria família.⁶

E naquela atmosfera de "confusão de valores e hierarquias, os fiéis não eram capazes de distinguir com clareza de outrora entre o sagrado e o profano e entre o sacerdote

e o leigo e a mútua influência entre ambos os domínios, religioso e civil".⁷

Temerosos e ignorantes, o povo tratava de acreditar que podiam "comprar" sua salvação através de esmolas e doações paraa Igreja.

A doutrina e a venda das indulgências arrastavam poderosamente ao mal um povo ignorante. Os vendedores de indulgências eram naturalmente tentados, para melhor vender suas mercadorias, a apresentá-las ao povo de um modo próprio para atraí-lo e para seduzí-lo. Tudo o que a multidão percebia era que vendedores não se apresentavam em dissipar erro tão favorável a seu negócio.⁸

O descontentamento era geral, tanto nas cidades como nos campos, irrompiam, constantemente, lutas entre rivais. Os camponeses que migravam para as cidades sentiam-se descontentes com as migalhas recebidas pelos serviços que prestavam à nascente indústria têxtil. A religião torna-se um sistema cultural de toda uma sociedade, que, não podia, pois, ser radicalmente modificada sem perturbações profundas, nem sem a intervenção de vigorosas forças novas.

O desenvolvimento da burguesia, de relações de produção capitalistas e a formação de uma consciência nacional, foram mudanças que representaram novas forças, cuja evolução se fazia em detrimento da sociedade feudal, que tinha na Igreja Católica seu principal sustentáculo de idéias, crenças e convicções que orientavam as ações humanistas.

O próprio sentimento nacionalista emergente, incrementado pelos reis que rejeitavam a intromissão do Papa, considerado como governante estrangeiro nos assuntos internos do reino.

A Igreja era, com isso, um rival político do soberano. Em vários países europeus crescia o desejo de confiscar os bens da Igreja.

O Estado Nacional predominava porque as vantagens oferecidas por um governo central forte, e por um campo mais amplo de atividades econômicas, eram do interesse da classe média como um todo. Os reis sustentavam-se com o dinheiro recolhido da burguesia, e dependiam cada vez mais, de seu conselho e ajuda no governo de seus crescentes reinos.⁹

Como era de se esperar, os abusos da Igreja relacionados com a venda de indulgências, a veneração de relíquias sagradas, convenciam facilmente camponeses supersticiosos fazendo-lhes crer que tais práticas eram passaportes para o céu.

Os humanistas se propuseram a solucionar esses males. Graças ao desenvolvimento tipográfico do século XV e as atividades editoriais, o pensamento destes humanistas propagou-se de modo rápido e universal.

Conscientes de seu contraste com a situação e a tradição da época, os humanistas julgavam-se chamados a estabelecer, ao sabor de suas idéias, programas positivamente novos para a restauração do cristianismo.¹⁰

O que os humanistas queriam era purificar a linguagem em que se transmitia a palavra de Deus, libertar a Escritura do exclusivismo eclesiástico e representá-los sob uma nova visão; introduziram o método crítico nos temas religiosos.

O humanismo é então uma maneira de pensar e de escrever, mais um instrumento do que uma crença, mais uma técnica de comunicação do que uma filosofia, uma teologia ou um plano de ação.¹¹

Entretanto, outras vozes humanistas se faziam ouvir advindas do nobre que freqüentava o desprezo do povo para dedicar-se aos estudos; e de outro, a avareza das classes burguesas emergentes e das classes populares reprimidas que desprezavam qualquer cultura, num conservadorismo humanista cansado e retrógrado.

A essas vozes humanistas discordantes, podemos auspicar a um trabalhador culto, de cultura voltada para a prática, significativamente "luterana" e a uma concepção ironicamente ao contrário ao espírito humanístico acima, contra as letras, artes liberais e disciplinas teóricas que ocupavam espaços mentais pois serviam para o conhecimento do espírito contribuindo para as mudanças das consciências.

... o humanismo, com sua crítica a tudo que é tradicional, induziu muitos de seus adeptos ao ceticismo e ao abandono da fé revelada. Em lugar de fazê-lo nas fontes de relação, os humanistas buscavam nos clássicos pagãos luzes sobre problemas de religião e vivência humana; trocavam, total ou parcialmente, a visão cristã da vida pela visão pagã.¹²

O que devemos ter com clareza é que todos esses movimentos tinham uma origem comum: a reanimação cristã no final da Idade Média.

Diante de tudo isso a insegurança e a angústia do homem aumentava. Mas Lutero, no século XVI, vem amenizar, quando afirmou: "Só a fé salva..."

Dizia Lutero:

Deixai de vos atormentar! Deus não é um juiz severo mas um pai compassivo. Fazei o que quereis, sois e sereis pecadores toda a vossa vida. Contudo, se credes no Redentor, estais salvos. Tende confiança.¹³

Nascia assim, com Lutero, o movimento reformista, na Alemanha em 1517, em que combateu duramente a Igreja Católica dando origem à Reforma Protestante.

É Lutero quem fala:

O Estado eclesiástico é oposto a Deus e a sua glória. O povo bem o sabe, porque assás o demonstram tantas canções, tantos provérbios, tantas zombarias contra os padres, que circulam entre a plebe; e todos esses retrados de frades e padres que se vêm pintados em todas as paredes, e até nas cartas de jogar: todos se desgostam de ver ou de ouvir a um clesiástico.¹⁴

A campanha contra a indulgência tornou-se para Lutero, uma luta em prol de seus princípios básicos sobre a "fé fiducial" e a certeza de salvação através de provações.

Lutero rejeitou qualquer magistério eclesiástico. O que sobrava era propriamente só a Bíblia. Lutero estabeleceu, muito decididamente, o princípio de que só pode valer como verdade religiosa o que pode, como tal, ser demonstrado pela Bíblia. O protestantismo recebeu, nestes termos, seu princípio formal propriamente dito, a doutrina de só-a-fé (doutrina de solas fides).¹⁵

O que Lutero queria dizer sobre a fé fiducial, é que o homem não é "justificado aos bocados, mas no todo"¹⁶; quando pela fé se apropria deste mérito que vem do exterior do homem, como em confiança na piedade divina. A sua chegada (a fé) não deixa o homem como um suplicante ansioso, como um peregrino ao qual tem um longo caminho a percorrer, mas antes como um filho de Deus, alegre, cheio de esperança, certo de uma vitória já ganha. Sua pregação encontrou na Alemanha terreno favorável para a implantação de uma reforma fora da Igreja.

A Alemanha era um país sem unidade política. Apesar de existirem alemães falando dialetos semelhantes uns aos outros, tendo usos e costumes comuns, não tinham um rei que lhes pudesse dirigir nos momentos de crise concentrando toda a energia ao redor de sua pessoa e da sua dinastia.

O que existia era uma Alemanha dividida em Estados sólidos "sem nenhuma política mundial a seguir, nenhuma política cristã a conduzir".¹⁷ Caminhava-se para uma Alemanha principesca, dividida em Estados nacionais, porém sem um soberano verdadeiramente digno de manter sob sua soberania um Estado centralizado.

Tão orgulhosos das suas riquezas, do seu sentido de negócios, das suas belas realizações, os alemães sofriam. Sofriam com o fato de formarem um país dividido, feito de fragmentos e retalhos, sem chefe, sem cabeça: um amálgama confusa de cidades autônomas e de dinastias mais ou menos poderosas.¹⁸

Os sucessivos fracassos dos planos de organização política na Alemanha, fizeram a população interessar-se pela reforma religiosa.

Os problemas religiosos das cidades alemãs encontravam-se enredados nos interesses e tradições seculares, mas, acima de tudo, foi a enorme tensão social existentes em cada cidade que a nova crença encontrou abertura.

... a amargura, o ressentimento e a intriga reinavam, em estado endêmico, nas cidades e nos campos. As corporações rivalizavam com as oligarquias para obter lugar preponderante nos conselhos. A massa dos pobres, operários e trabalhadores agitava-se sob o impulso de seus dirigentes e das corporações. Interpretavam as doutrinas de liberdade pregadas por Lutero, confundindo-as com os seus sonhos de libertação e de maior justiça social.¹⁹

Desta forma Lutero viu suas idéias difundirem-se rapidamente não só na Alemanha, mas em vários países europeus como a Inglaterra, França, Suíça e em menor escala na Itália, berço do catolicismo.

Lutero desafia a Santa Sé, principalmente porque a Alemanha era a maior vítima dos abusos católicos, justamente pela falta de um governo poderoso.

A Igreja possuía na Alemanha uma porção enorme das melhores terras cultiváveis e o país fervia de descontentamento por causa da transição muito rápida da sociedade feudal para uma economia de lucros e salários.

Ao desafiar a Santa Sé, Lutero vê-se rompendo relações com Roma, pois "a compra de perdão, os tributos aos santos, a multiplicação das missas pelo repouso das almas, os rigores do estado monástico e as mortificações do corpo"²⁰ era a fonte de receita para a instituição que lhe havia dado origem: a Igreja.

Lutero denunciava uma doutrina de autenticidade duvidosa, mesmo aceitando, teoricamente, a autoridade papal, repudiava-a na prática bem como aos concílios gerais.

"Os dirigentes seculares - clama ele - deviam recusar a Roma anatas e direitos de justiça e fundar igrejas nacionais independentes".²¹

Era inevitável que o papa não interviesse, pois viu-se privado do produto da venda das indulgências. Em 1518, obrigava Lutero a retratar-se. Com a negativa deste, rompe-se a cristandade européia; dividiu-se em diversos movimentos religiosos que negavam vários princípios do catolicismo.

Com essa nova situação a Igreja Católica recebeu um sério golpe em seu prestígio, perdendo boa parte de suas terras na Alemanha e, conseqüentemente os tributos que recebia.

Assim, vê-se a Igreja Católica reagindo violentamente ao movimento reformista através da Contra-Reforma, cuja expressão máxima foi o Concílio de Trento.

A necessidade de reformar a Igreja Católica e a própria religião, era reclamada por muitos leigos e eclesiásticos, tendo em vista que

a massa enorme das queixas da nação alemã contra as irregularidades romanas rolou, de década em década, numa espessa onda de máculas, que acabou por vir embater nos degraus do trono papal.²²

Em cada dieta (assembléia dos governantes do Sacro Império Romano) o protesto contra a concessão de benefícios a qualquer mosteiro ou a qualquer favorito, à venda pela Cúria de isenções e privilégios, contra um número infinito de outros abusos, reais ou imaginários, crescia por entre a população que se via cada vez mais hostilizada pela intolerância católica.

Sob pretexto religioso, eclodiu, a partir da primeira metade do século XVI, guerras civis que também levaram a Igreja ao conflito, pois estes conflitos não passavam de violentas disputas de membros incompatibilizados da mesma congregação, que se faziam sentir também entre as diversas facções do protestantismo denunciando-se uma às outras.

Incluso as chamadas guerras de religião do século XVI se livraram antes de tudo por interesses materiais de classe muito concretos. Estas guerras tem sido lutas de classe (...). Que essas lutas haviam tido certas características reli-

gias, que os interesses, necessidades e reivindicações de cada uma das classes haviam sido dissimuladas com um envolvimento religioso, não muda qualquer coisa, mas se explica pelas condições da época.²³

Toda ação militar, mesmo que tenha sido motivada por razões confessionais, tinha implicações políticas e a história das guerras de religião está cheia de alianças dessa natureza.

Nesse ambiente de renovação social tudo é posto em causa. A ordem social deixa de ser concebida como sagrada e passa a ser definida em termos de reavaliação do conteúdo do sagrado.

Surge assim um espírito novo, no qual o homem toma consciência de classe, manifestando a necessidade de uma religião individual, mais pessoal transformando-o em elemento de evolução.

Por isso, a Igreja organizava-se efetivamente, revestindo seu movimento com características conservadoras e de reação à Reforma Protestante buscando no rejuvenescimento da filosofia escolástica, unidade de Deus, imortalidade da alma, dignidade do homem, harmonia entre a revelação cristã e a tradição cristã e a tradição antiga, pois a concepção individualista de homem triunfara pelos pensamentos de Lutero.

Podemos dizer que, a Contra Reforma foi um movimento em que muitos homens proclamando-se heréticos transcendiam antigas disputas sobre a autoridade papal, discutindo as leis

o governo e a própria organização da Igreja; a Reforma Católica se fez caracterizar por manifestações espontâneas com esforços crescentes para reformar a si mesma.

Urge assim, a necessidade de instituírem ordens religiosas que convertidas num dos agentes mais eficientes da Igreja Católica, estavam embuídas de reconquistar as regiões de confissão protestante criando missões, colégios e universidades e toda forma de pressões para asfixiar a religião contrária.

Com os movimentos intelectuais emergindo no século XVI, através dos humanistas que procuravam definir e afirmar o novo papel do homem no universo, a Igreja Católica voltava a sua espiritualidade para as profundezas das raízes da tradição. Para combater esses movimentos é fundada em 1534 a Cia de Jesus, pelo espanhol Inácio de Loyola, que ditando normas disciplinares rígidas, caminhava a serviço dos papas e desejava ver triunfar a Igreja Romana em países já submetidos à reforma luterana.

A Cia de Jesus era como um exército que engajava homens vigorosos, enérgicos, bem preparados fisicamente, disciplinados, pois "... deviam obedecer como um cadáver capaz de voltar-se em todos os sentidos como um pau, que obedece a todos os impulsos".²⁴

Podemos, desse modo, entender que Loyola nos oferece uma série de ações heróicas através de seus escritos principalmente os contidos nos "Exercícios da Vida Espiritual", que serviram de base para montar a educação religiosa dos jesuítas, na Europa e em outras nações.

Esses exercícios eram bem mais meditativos que místicos, guiavam o espírito para uma série ordenada de temas e de representações sacras conservadoras, onde quase chegam a ensinar ao homem que se pode chegar à perfeição, não mediante graças sobrenaturais, mas devido apenas ao exercício de sua capacidade mental.

Graças a um extremo esforço físico e mental conseguem curvar a vontade, o sentido e a imaginação, até que chegam a conformar-se em absoluto com o que lhes parece ser a vontade divina. O método e a linguagem são intrinsecamente cristocêntricos.²⁵

A Cia de Jesus procurou, aos poucos, ganhar para sua casa todos os dirigentes da Europa, senhoras de ambições. Graças à sua habilidade de confessores souberam descobrir as tarefas que convinham ao individualismo crescente dos homens, levando-os a devoções sensíveis como o culto a Virgem, abalando-os na sensibilidade abaixo da razão.

Dentro desse pressuposto, a Cia expande-se rapidamente, pois são colocados a disposição do Papa e foram aproveitados no magistério na catequese cristã e na reforma da vida monástica.

A Estrutura da Ordem é rigorosamente monarquista e centralizada. O Superior Geral é eleito por tempo vitalício. Ele é quem determina e distribui os ofícios, nomeia os superiores provinciais, os reitores das casas, e dispõe do patrimônio da Ordem. O Papa ou o Geral podem enviá-los para qualquer parte.²⁶

Assim, a ação dos jesuítas não se limitou à Europa, pois seus missionários dirigiram-se também à América, África e Ásia, convertendo populações locais ao catolicismo.

Lutero ao dar início à Reforma religiosa na Alemanha, estabeleceu novas relações do homem para com Deus, pois a reforma desejada atendia muito mais a questão da disciplina secular, do que a fé.

Se a doutrina alcançou êxito, deve-se também as aspirações de grande número de fiéis que viram nele uma nova visão de mundo, dando um conceito mais amplo de Deus, mesmo que no início da Reforma tenha sofrido influência dos humanistas quando se inclina no sentido de excluir do domínio religioso a prática dos negócios.

O que se deve ter claro é que a Reforma protestante deu-se num período em que um novo sistema econômico começava a emergir. As idéias reformadas captavam para a alta cúpula clerical certas perspectivas capitalistas incomuns, naquela época, considerando-se a ótica das congregações cristãs de um modo geral.

Mesmo tendo sido gerada numa época de revoltas, a Reforma provocou na Alemanha um rápido desenvolvimento econômico, pois na luta econômica de cada um por si - mas aos olhos de Deus iguais - a fez despertar para um forte sentimento nacionalista.

Este nacionalismo emergira por parte de uma população que passara a exigir reformas sociais e religiosas provocando violenta reação por parte da nobreza principesca cuja teologia luterana se amoldava aos interesses burgueses e da pequena nobreza.

Lutero venceu a servidão por devoção, porque substituiu a escravidão pela convicção, e, se quebrou a fé na autoridade, foi porque restaurou a autoridade da fé.

Na verdade, o que procurava era separar a religião da fé oferecendo novos horizontes em relação à autoridade civil e papal.

Ainda assim, Lutero ao dar o homem a responsabilidade da salvação pela fé, obrigava a todos a leitura da Bíblia atribuindo maior valor à orientação da consciência individual, ao mesmo tempo em que orientava educacionalmente o povo, na direção da Igreja reformada. Daí Lutero defender, no púlpito, a escola como via de formação do leitor autônomo do evangelho.

A instrução elementar passava, dessa forma, a ser o primeiro dever do homem oferecendo um certo incremento à educação das massas. Os reformadores, desejosos que estavam na propagação de suas doutrinas, se incumbiram de abrir escolas, pois a instrução não era difundida universalmente, e, seguramente, constituía-se num poderoso instrumento para forjar o novo homem. Implicitamente, a intenção do protestantismo era a de educar a burguesia emergente capacitando-a a expor suas reivindicações e sua fé em idioma nacional, ao mesmo tempo que não abandonava as camadas desfavorecidas.

Com efeito, nas áreas onde o capitalismo mercantil amadurecera, quebram-se as velhas hierarquias religiosas e a secularização toma corpo. A alfabetização em massa é levada a efeito, possibilitando a leitura da Bíblia, permitindo a intelectualidade expressar-se de modo mais amplo, assegurando maior liberdade de indagação e pesquisa.

Ora, a necessidade de ler e escrever serve de pano de fundo para o desenvolvimento das capacidades produtivas e a participação das massas na vida política, processo em que - escola/cidade - instrução/governo - teve que ser assumida pela

autoridade imperial, dando nova concepção à escola pública objetivando a formação dos cidadãos, e, conseqüentemente, dos governantes. Importa pois, compreender que a Reforma significou, não só uma Reforma DA, mas FORA DA IGREJA. A Igreja Moderna não nasceu de uma renovação única, nem a uma simples resposta a Lutero e seus pressupostos, mas sim de uma sucessão de choques religiosos carregados de modificações que o papado e a Inquisição desejavam aniquilar de todo pensamento novo que emergisse.

Esses mesmos movimentos também serviram para dividir a Igreja Católica no sentido de uma reorganização de poderes e comandos. Houve o rompimento da unidade cristã da Europa, trazendo, de um lado, uma mensagem de esperança e alegria espiritual (mesmo que calcada no misticismo), mas privando, de outro, aos mais ligados a coisa do mundo de ter certos instrumentos de acesso à graça, como peregrinações, culto aos santos, pois as mudanças internas que a época exigia da Igreja eram difíceis de serem estirpadas dela própria.

O próprio bombardeio literário de Lutero era muito mais endereçado ao combate a uma sociedade que implodia com a decadência moral e a dúvida espiritual decorrente da própria ação dos contra-reformadores católicos tornou-se mais ativa e menos intolerante para com os adeptos da Igreja Luterana dando origem a duas verdadeiras culturas. A Europa era um só mundo mas a influência das idéias advindas do movimento reformista dividiram-se na Europa Católica e Europa Protestante.

Muitas forças seculares favoreciam ao conservacionismo religioso da época, representado pelos papas que não desejavam uma ação religiosa, o que significava, no fundo, uma divisão econômica e cultural.

No interior do protestantismo crescia a influência da burguesia, no seio dos reformadores católicos crescia a defesa pela apologética, pelo despertar da fé e pelo impulso missionário.

A organização da Cia de Jesus tendeu à formação do espírito e do coração dos homens, por meio da casuística, disciplina que objetivava reconciliar a religião e a economia moderna.

Os jesuítas voltavam-se eminentemente para a defesa da Igreja e o fortalecimento do poder papal. Passaram então, a atuar no campo educacional, esmerando-se no brilhantismo de seus colégios voltados para erudição cultural não pagã sem uma preocupação específica com a educação popular, objetivavam, basicamente o controle da educação dos nobres e ricos burgueses.

Por toda a Europa, o trabalho dos jesuítas tornou-se um modelo de estabilidade social e de organização tradicional de propriedade, entretanto, por mais êxito que tivessem, impuseram a sociedade um fardo econômico cada vez mais pesado, na medida em que havia toda uma Igreja dotada de hierarquia que sobrecarregava o povo com pesados impostos que derivavam na multiplicação de mosteiros para a formação de soldados, padres e monges.

Por outro lado, a grandeza da Cia de Jesus, residia no fato de que numa visão mística, pôde trazer consolo e ajuda àqueles que se contentavam em ser salvos pela conformação total do seu eu, ao total domínio de sua natureza, fundamental para o objetivo missionário: à preparação dos padres seculares.

A ordem dos jesuítas efetivou-se no campo da educação com a criação de colégios nos quais se ensinavam as humanidades, a filosofia e a teologia. A formação de padres tinha como intuito restabelecer as funções e a imagem clerical, sobretudo a do padre de paróquia.

Fosse qual fosse a atitude teológica tomada pela Cia de Jesus, sua atuação veio fortalecer a obediência para com a Igreja e o amor espontâneo dos homens para com Deus, alegremente manifestado no afeto e no serviço secular prestado ao próprio homem.

O trabalho dessa Companhia foi comprovado através de missões coloniais, pois se não havia salvação fora da Igreja, trazer pagãos para a Igreja constituía-se na mais elevada obra de caridade ... fossem quais fossem os métodos usados. É com esse espírito que a Cia de Jesus chegou à Península Ibérica. Doze anos após sua fundação um terço dos jesuítas eram portugueses.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹MELLO, Leonel Itaussu A. ; COSTA, Luis César Amad. História moderna e contemporânea. São Paulo : Scipione, 1987. p. 11.

²TUCHLE, Germano. Na história da igreja: reforma e contra-reforma. Petrópolis : Vozes, 1981. p. 18.

³DELUMEAU, Jean. La reforma. Barcelona : Labor, 1967. p. 13

⁴HUBERMAN, Léo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. p. 45.

⁵HUBERMAN, p. 48.

⁶DELUMEAU, p. 13.

⁷DELUMEAU, p. 15; 17.

⁸D'AUBRIGNE, J.H. Merle. História da reforma. São Paulo : Casa Ed. Presbiteriana, 1951. p. 35.

⁹HUBERMAN, p. 84.

¹⁰TUCHLE, p. 36.

¹¹DICKENS, A.G. A contra-reforma. Lisboa : Ed. Verbo, 1972. p. 65.

¹²TUCHLE, p. 36.

¹³DELUMEAU, p. 12.

¹⁴D'AUBRIGNE, p. 33.

¹⁵TUCHLE, p. 55.

¹⁶DICKENS, p. 43.

¹⁷MARQUES, Adhemar et alii. História moderna através de textos. São Paulo : Contexto, 1989. p. 114.

¹⁸MARQUES, p. 116.

¹⁹DICKENS, p. 82.

²⁰DICKENS, p. 64.

²¹DICKENS, p. 67.

²²DICKENS, p. 9.

²³DELUMEAU, p. 181.

²⁴MONSNIER, Roland. História geral das civilizações. São Paulo : Difusão Européia do Livro. v. 4, p. 103.

²⁵DICKENS, p. 85.

²⁶TUCHLE, p. 136.

CAPÍTULO III

NO MOVIMENTO DAS TROCAS, ... NOVAS ROTAS

No movimento das trocas, no processo de acumulação de capitais, no aperfeiçoamento das técnicas e na ampliação dos mercados, conduziu-se a Península Ibérica à promoção do comércio vinculado a navegação internacional.

O comércio definiu o destino do reino, pelo povoamento da costa e da exploração do mar estabelecendo, desde cedo, estreitas ligações e relações comerciais com a Inglaterra, Flandres e Mediterrâneo.

As bases do capitalismo estavam lançadas em Portugal, politicamente condicionadas pelo desenvolvimento do tráfico oceânico, que florescia na expressão mercantilista do capitalismo comercial.

Além disso, as tendências humanistas do século XIV-XV determinaram momentos de crise: término do ceticismo naturalista resultando na divisão da cristandade ocidental em facções rivais, introduzindo na vida das pessoas uma nova visão de mundo, pois promoveu certa liberdade religiosa a medida em que diferentes seitas proliferavam-se pela Europa, cada uma delas poderia tornar-se bastante forte e impor a sua vontade às demais. Para os escolásticos "a felicidade perfeita do homem só pode consistir na visão da essência divina".¹ Ou seja, a moral puritana alimenta o ideal de pobreza.

Quando Deus ordena que acreditemos, não é para nos deixar perscrutar-lhe os divinos julgamentos nem indagar das suas razões e causas, mas exige uma fé absoluta... A fé por conseguinte, não só exclui qualquer dúvida mas o próprio desejo de submeter a sua verdade à demonstração.²

Isso os levava a desprezar a atividade intelectual como uma imprudente tentativa de afirmar a dependência do homem em relação a Deus.

Para o luterano, ao contrário: podia trabalhar com todas as suas forças seguindo sua consciência individual persuadido em executar a vontade de Deus, sem se preocupar com escrúpulos, e, assim, aumentar seus lucros, na medida em que passaram a pregar a necessidade da poupança, de uma vida mais rígida, sem gastos e ostentações.

Esse ideal social exerceu grande influência nos homens dessa época pois, "... alguns gentis-homens fundaram empresas minerais ou metalúrgicas, exploraram suas terras com fins comerciais e adquiriram algo do espírito burguês".³

O capitalismo conquistou em diversos países europeus grande desenvolvimento; com o comércio avançando aos saltos, mercadores e banqueiros aumentaram suas fortunas arrastando nações a buscar, a longas distâncias, a riqueza e a opulência.

A ampliação do comércio deixou de ter um caráter regional-nacional para tornar-se internacional devido ao avanço das grandes navegações iniciadas por Portugal, exemplo seguido por outros países europeus como a Espanha, França, Inglaterra e Holanda.

Não só velho mundo da Europa e regiões da Ásia se abriram aos comerciantes empreendedores, mas também os novos mundos da América e África. Não mais se limitava o comér-

cio aos rios e mares bloqueados por terras, como o Mediterrâneo e o Báltico.⁴

Tudo isso custava muito dinheiro. Para ultrapassarem os limites do comércio internacional, os reis encaminhavam-se aos grandes comerciantes da época que passaram a desempenhar papel de banqueiros: arrendavam e contraíam os impostos, pagavam juros dos domínios reais, garantiam, também, uma proteção contra as leis da Igreja o que lhes dava certo monopolismo comercial, tornando-os uma grande empresa capitalista, cujos empreendimentos lhes rendiam cada vez mais lucros.

Emprestavam capital a outros mercadores, a reis e príncipes e, em troca, recebiam proventos de minas, de especulações comerciais de terras da coroa, praticamente todo tipo de empreendimento que desse lucro. Quando os empréstimos não eram repostos tornavam-se donos de propriedades, minas, terras - o que tivesse sido dado como garantia. Até o papa devia dinheiro...⁵

Defender a produção da vida sobre outras condições que as não feudais, fez com que a Península Ibérica conseguisse formar um imenso patrimônio territorial, num sistema de colônia, que se estendeu pela África, Ásia e América.

"Ao estabelecer as colônias de povoações, adotavam os portugueses o próprio sistema de colonização interior com que se formara a nacionalidade".⁶

Ou seja, Portugal constituiu-se de colônias de povoamento e de colônias de plantação, pois já tinha exato conhecimento do que havia no Ocidente. Estávamos no século XIV.

A doutrina do metalismo entrara em vigor na Europa. Se anteriormente a posse da terra determinara a camada social do indivíduo, esta é substituída pela quantidade de ouro e prata que circulava no país. Esta era a fórmula de riqueza.

... a prosperidade de uma nação é determinada pela quantidade de metais preciosos existentes dentro dos seus limites. Quanto mais ouro e prata um país possui, tanto mais dinheiro o governo poderá recolher em impostos e tanto mais rico e poderoso se tornará o Estado. ⁷

Ou seja, a riqueza, resume-se, não na produção e em seus produtos, mas no dinheiro, no ouro e na prata.

As pessoas, assim como os países, buscaram meios de se enriquecer. Nessa época, século XV, ouro e prata passaram a ser tão necessários quanto a expansão do comércio que a ultramarina portuguesa conquistou pelos mares. Atingiu o Oriente até as Índias, colocando em domínio o Atlântico e fazendo de Lisboa o ponto-chave de distribuição de especiais. Enviou missionários à África para converter almas, onde vários tipos de sociedades - diferentes entre si: língua, costumes, etnia - formavam, pois, uma outra realidade cultural que alargou a visão do mundo do português. Pelo incremento do comércio colonizou ilhas próximas, alcançando o reino prosperidade tal, que a fez pioneira na exploração e expansão das conquistas marítimas.

Todos esses avanços do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos a que tendia, e do estudo minucioso dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização... ⁸

Os portugueses avançavam, assolavam-se mar adentro, comerciando, combatendo - numa vida espantosa de aventuras, cheias de lances e imprevistos; toda pitoresca e cheia de energias heróicas para a época.

A experiência nos tem ensinado - diz Duarte Pacheco no seu Esmeraldo - a experiência nos faz viver sem engano, das abusões e fâbulas que, alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar... que a maior parte do saber de tantas regiões e províncias ficou para nós, e nós lhe levamos a virgindade... e nestas coisas a nossa nação dos Portugueses precedeu todos os antigos e modernos em tanta qualidade, que sem repressão podemos dizer que eles, em nosso respeito não souberam nada.⁹

Ou seja, os estudiosos e navegadores portugueses daquela época, já não se baseavam apenas no estudo e comentário dos autores antigos: foram buscar a indagação no real. A maior parte do saber das navegações se deveu mais à ousadia e ao espírito aventureiro real do que ao misticismo antigo.

No âmbito do empreendimento português, esses descobridores valiam-se muito mais de um dia de observação direta do que dos cem anos de leitura e comentários das autoridades da antiguidade grega e romana.

A ciência característica dos portugueses é a cosmografia, suscitada pelas navegações... foi em Portugal que se praticaram pela primeira vez no Ocidente os processos de navegação pela observação dos astros, sem os quais teriam sido impossíveis tão aventuradas expedições.¹⁰

Isto posto, reside a importância da Escola de Sagres que faz despontar uma nova concepção científica a robustecer-se em Portugal.

Um dos fenômenos mais característicos da revolução intelectual determinada pelas navegações é o sentimento de que a Natureza estranha um poder divino (...) a qual usa de grande variedade em sua ordem e no criar e gerar as coisas.¹¹

Ou seja, "manifesta-se a tendência de ver na natureza uma 'Magestade' imanente e autônoma, que irá suceder à Providência e ao transcendente na função de criar e ordenar as coisas".¹²

Se por um lado, Portugal descobriu o mundo criando um espírito revolucionário, de livre investigação e de livre crítica - que os levou às Nevagações - por outro lado a teologia cristã que comprimida pela Contra-Reforma e pela Inquisição sufocou o pensar crítico português, destruindo os germes do humanismo científico aflorados em Portugal na época dos descobrimentos.

Exigia-se que os familiares e conhecidos dos reis e demais suspeitos denunciassem à Inquisição, por depoimento escrito ou verbal, tudo o que sabiam acerca da conduta religiosa das pessoas, a fim de o Tribunal poder averiguar a extensão das suas culpas.¹³

O crescimento da nobreza no século XV constituiu-se numa enorme repercussão política e social pois "os privilégios dos nobres não foram diminuídos, mas sim subordinados ao rei".¹³ A afluência de fidalgos à corte, crescia assustadoramente, sugando do rei o produto da exportação comercial: pensões, morgadios, direitos régios etc.

O fortalecimento da Coroa significava o fortalecimento da nobreza, pois era esta que recrutava e organizava a expansão ultramarina uma vez que detinha o capital comercial. Os lucros auferidos não eram investidos no Reino, tendiam a acumular-se no estrangeiro, consumiam-se em guerras e no consumo parasitário dos senhores, inclusive o clero.

Os homens lúcidos do Reino sentiam aproximar-se uma tragédia eminente: a desaventurança de Portugal.

Toda a riqueza vinda do Oriente começou apenas a passar pela Península Ibérica, fomentando o desenvolvimento do trabalho estrangeiro, pois o Reino não possuía as estruturas - econômicas - necessárias para operar na transição capitalista européia.

Faltava também ao tesouro português o recurso à prata como moeda fundamental para o incremento da vida econômica. Embora mantendo as suas linhas de tráfico atlântico e mediterrânico e podendo auferir (...) das vantagens que lhe advinha do domínio marítimo, Portugal não pôde então impor-se aos olhos da Europa como grande potência comercial, visto as suas energias financeiras estarem concentradas no Ultramar e serem limitados os seus recursos.¹⁴

A transferência de tais lucros fez com que Portugal perdesse a sua posição de destaque no quadro mundial.

Ao longo do século XVI, Portugal manteve em protecionismo os serviços prestados aos antigos monarcas: isenção de sisa e dízimo de todo pão e vinho do estrangeiro; pimenta, açúcar da Madeira, papel, tecidos etc. O réu encarava o comércio apenas com espírito de ganância apressurada e de volumosa ostentação, o que originou guerras permanentes e uma anarquia real.

O sistema de organização do Estado português, deu-se como se fosse uma obra de arte, pois os mesmos não se deram conta que os laços de dependência vinculado ao soberano por um contrato calcado na lealdade - característico do regime feudal - não se fez presente entre eles.

Sob o aspecto econômico-social, aos senhores está reservada uma renda, resultante da exploração da terra. Politicamente, a camada dominante, associada ao rei por convívio fraternal e de irmandade, dispõe de

poderes administrativos e de comando, os quais, para se atrelarem ao rei, dependem de negociações e entendimentos.¹⁵

Portanto, Portugal no incremento do comércio, acelerava o aparecimento do sistema patrimonial, que o levou a estabilização econômica, mas em contrapartida permaneceu impedido de expandir-se ao capitalismo industrial.

Já na segunda metade do século XVI, a velha aristocracia territorial, subitamente fortalecida, procurava afirmar-se politicamente. De outro lado, a burguesia comercial - já em franca expansão - associa-se à coroa, juntando sabiamente, a riqueza e o poder político.

"O Porto que busca o lugar de metrópole social do reino, por meio de um burguês, ousa firmar o primeiro tratado de comércio com a Inglaterra, em nome de mercadores, marinheiros e pescadores".¹⁶

Quando o capitalismo industrial brotou na Europa, encontrava-se Portugal ainda no patrimonialismo, sem condições de desenvolvimento pois, "... o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio".¹⁷

Ou seja, o rei tem poderes de dirigir o reino - perpetuamente - gerindo as maiores propriedades do país, dirigindo o comércio, conduzindo a economia como se fosse empresa sua.

"O Estado torna-se uma empresa do príncipe, que intervém em tudo, empresário audacioso, exposto a muitos riscos por amor à riqueza e à glória: empresa de guerra e empresa de paz".¹⁸

A febre dos descobrimentos absorveu os portugueses de tal forma, que a posse das riquezas das possessões ultramarinas compeliu-os ao abandono da atividade industrial. As outras

nações, já em franco desenvolvimento de suas indústrias estabeleceram relações comerciais com Portugal, enviando-lhes produtos mais perfeitos que os produzidos no solo pátrio e pouco podia mandar em troca; pois a pouca saíra de sua fase agrícola. Vê-se assim, a pequena indústria portuguesa estiolar-se, pois não havia como competir com as outras nações.

Portugal consolida-se, então, como monarquia, por meio de uma revolução "que tinha a seu favor a organização e o dinheiro dos burgueses, o povo do litoral e a fé e o talento do contestável Nuno Álvares".¹⁹ Suas bases foram lançadas na situação próspera que os judeus tinham alcançado: nos ofícios manuais, nos tratos mercantis, nas agências lucrativas que os levaram a exercer a usura; no domínio do comércio de alimentos de primeira necessidade, açambarcando o preço dos alimentos, resultando na fome do povo. Isso excitava a inveja, o despeito e a cobiça dos cristãos.

Do novo patrimônio advém nova riqueza, geradora de força política e econômica. Os novos homens e as novas terras, com suas mercadorias altamente comerciáveis, amealhadas pelo monarca, aumentam, consideravelmente, a padronãdiga da Coroa. A soberania da realeza não só é mantida mas largamente dilatada.²⁰

A cada passo a monarquia comprometia-se cada vez mais com o capitalismo internacional, nos empréstimos, contratos, compromissos e a abertura do comércio ultramarino deu à burguesia comercial concessões de privilégios, que permitiram cada vez mais o florescimento desta como camada social emergente.

... dona de maior riqueza, proprietária de todo comércio, cabeça com idéias, projetos

e planos, saídos das mãos dos juristas, armados de raciocínios, cheios de enredos, armadilhas e sofismas etc.²¹

Na realidade, o estado português viu-se envolvido em relações comerciais que, embarcados no fenômeno das navegações e dos lucros, o reino era uma casa de negócios que se transformava, pela nobreza a serviço do rei, em aventuras que empobreceram cada vez mais a nação, mas que davam vida à aristocracia como: governos, soldos, pilhagem e avanços na fazenda real.

"Os nobres não podiam comerciar, atividade privada do rei e seus comerciantes domésticos, mas deles era o fruto do tráfico".²²

O comércio conduz a nação, a educação obedecia a estrutura vigente: a formação de funcionários, clero, letrados, militares e navegadores. O quadro cultural que se formou em Portugal, no século XVI, deveu-se não só, na tradição latina e cristã, mas também pela carência de recursos (diferenças climáticas, ocupação do sul pelo maometanos, problemas agrários, fidalguia), fizeram com que a Nação seguisse via diferente, fazendo do Atlântico o eixo de uma política universal.

... a indústria, a agricultura, a produção, a colonização, será obra do soberano, por ele orientada, evocada, estimulada, do alto em benefício nominal da nação. Onde há atividade econômica lá estará o delegado do rei, o funcionário para compartilhar de suas rendas, lucros, e, mesmo para incrementá-las. Tudo é tarefa do governo, tutelando os indivíduos, eternamente menores, incapazes ou provocadores de catástrofes se entregues a si mesmo.²³

O surto marítimo do povo português não trouxe nenhum excesso de população, mas provocara uma burguesia comercial

sedenta de lucros, e que não encontraram no reduzido território portugalense satisfação à sua desmedida ambição.

Desta forma, o mercantilismo que levava o Estado português ao desenvolvimento marítimo, ao mercadejar, vê-se-á devorado por si mesmo pois o setor particular se arrima ao reino - que pobre de recursos - submete-se a um estado de miséria e pobreza.

Descurando inteiramente o fomento do país, desconhecendo a necessidade vital para um país colonizador de fabricar os artigos de troca do comércio ultramarino, que seriam obrigados a importar; expulsando e perseguindo judeus (...) aviltando o trabalho livre com a introdução sem limites dos escravos, e adotando enfim a política castelhana de intolerância religiosa, eles não só agravaram a debilidade da nação, mas deixaram-na cair nessa imensa doença medular, da qual até hoje não conseguiu erguer-se.²⁴

Ou seja, consomem-se no ócio o tempo e a fortuna; mendigam um emprego, mas o que não fazem, é trabalhar, pois isto é impróprio à sua fidalguia.

O elemento português tinha dificuldade em conviver com o espírito capitalista já emergindo em toda a Europa, pois a nobreza era avessa ao trabalho, à produção, embora tivesse sido o primeiro país a romper com o feudalismo.

Governava-se então pela nobreza e para a nobreza (...) opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência, civilizadora e, iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio.²⁵

Configura-se o governo de uma minoria. As relações sociais estabilizadas se mediatizam no processo de circulação e revitalização da nobreza que para sustentar tanta incompetên-

cia se vê necessitada a institucionalizar o poder no preenchimento de cargos, a chefes e líderes designados no bojo de uma classe social que ninguém conhecia o nome ... porém ao dirigir o Estado português o fez, provendo a sociedade de sua concepção de mundo, concentrando o poder nessa camada sem autonomia mas politicamente dominante.

Assim, num tempo em que a autoridade de uma nação é determinada pela quantidade de metal precioso que circula internamente, Portugal mantém-se em difícil crescimento - econômico e conseqüentemente social - pois a intransigência européia foi marcada pelas reformas católicas e protestantes e assinala na história um marco no pensamento científico.

As letras, as artes, a educação e a religião aproxima-se cada vez mais na condição de serviço público.

A missão jesuítica no Ultramar ajudou a desbravar as terras, fundando colégios, cultivando, através do ensino, as artes e os ofícios.

Símbolos do espírito da Contra-Reforma, os jesuítas formaram a guarda avançada de um corpo de missionários que veio ligar o Oriente ao Ocidente na cooptação do cristianismo.

Em 1540, os primeiros jesuítas portugueses fundaram em Coimbra o "Colégio de Jesus" - que amparados pelos favores reais começaram a coligir uma farta colheita de vocações para o apostolado do além-mar, arrebanhada da mocidade acadêmica para a formação de missionários e educadores.

A valorização dos bens religiosos da Metrôpole levava-a a colocar os seus rendimentos, ao serviço da expansão colonial.

O padroado jesuítico alargou-se de tal forma que a missiões destes ligava-se ao ensino das primeiras letras -

seja para instruir os gentios do ultramar, seja para ajudar os homens letrados ou apenas para ensinar-lhes a instrução corrente.

Entretanto, na busca de 'cristãos-novos os jesuítas tornaram-se fiscalizadores da atividade intelectual das famílias, por meio do domínio do ensino público, pois eram contrários a todo progresso espiritual... diferente dos pregados por eles.

Ao mesmo tempo que os jesuítas colaboraram para a lida dos descobrimentos - facilitando a penetração dos descobridores na colônia ultramar - em outras ocasiões dificultavam-na provocando reações por parte da gente indígena pois corrompia o verdadeiro espírito religioso da ordem missionária com o objetivo de alargarem a sua influência sobre eles.

Na verdade, o trabalho missionário dos jesuítas seria mais lógico junto aos próprios europeus, pois estes afastavam-se com mais facilidade da ordem estabelecida dos que os indígenas, tendo em vista que estes formavam uma tribo que embasados no movimento dos jesuítas estabeleciam uma relação de independência da produção para troca.

Se na Europa a libertação almejada era a libertação da relação social, no Brasil-colônia a libertação possível era a libertação da vida tribal, comunitária e selvagem para uma sociedade produtora de mercadorias ... uma civilização que não planta, não cria, não troca, enfim, não tem por hábito o trabalho.

A educação será tarefa muito mais complexa pois a formação social dar-se-á na expressão da produção sob coação, pressão ou extorsão.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ MOUSNIER, Roland. História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1960. v. 4, p. 60.

² BURNS, Edward McNall. História da civilização ocidental. Porto Alegre : Globo, 1977. v.1, p. 485.

³ MOUSNIER, p. 61.

⁴ HUBERMAN, Léo. História da riqueza do homem. São Paulo : Zahar, 1977. p. 99.

⁵ HUBERMAN, p. 103.

⁶ SÉRGIO, Antonio. Breve interpretação da história de Portugal. Lisboa : Liv. Sã da Costa Ed., 1981. p. 47.

⁷ BURNS, p. 498.

⁸ SÉRGIO, p. 44.

⁹ SÉRGIO, p. 45.

¹⁰ SÉRGIO, p. 89-90.

¹¹ SÉRGIO, p. 87.

¹² SÉRGIO, p. 87.

¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal: o século do ouro. 2.ed. Lisboa : Ed. Verbo, 1980. v.3, p. 261.

¹⁴ SERRÃO, p. 246.

¹⁵ SERRÃO, p. 322.

¹⁶ FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo : Globo, 1975. v.1, p. 19.

¹⁷ FAORO, p. 34.

¹⁸ FAORO, p. 20.

¹⁹ FAORO, p. 21.

²⁰FAORO, p. 57.

²¹FAORO, p. 45.

²²FAORO, p. 76.

²³FAORO, p. 85.

²⁴FAORO, p. 94.

²⁵FAORO, p. 86.

CAPÍTULO IV

BRASIL COLÔNIA: A EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA NECESSÁRIA

Os portugueses quando chegaram ao Brasil - século XVI - encontraram nas terras além mar o ambiente propício para aspirar o desenvolvimento português. Por mais de 150 anos a colônia foi o principal sustentáculo e fonte de renda da Metrôpole.

As descobertas marítimas marcaram época ocasionando grandes modificações econômicas e culturais nas diversas nações européias - inclusive Portugal - que passou a compreender que uma região valia pela quantidade de ouro e prata que possuísse. O Brasil era um verdadeiro manancial para esse tipo de exploração. Terra inóspita, a "grande ilha" fora concebida como parte de um grande e audacioso plano para firmar os alicerces de uma "nova colônia" - entre tantas já incorporadas por Portugal: Índia, Ásia e África.

Se no antigo regime feudal havia relações antagônicas entre nobreza e camponês, o mesmo acontecia na colônia, pois para cá acorreram, basicamente, pessoas de duas camadas sociais: uma solidamente estruturada, competitiva, próspera e rica e outra mergulhada na miséria, muitas vezes em regime de cativo.

O comércio do século XVI interveio na vida econômica do europeu regulamentando a produção e o consumo. A expansão popu-

lacional fez com que o homem abandonasse os campos dirigindo-se às cidades em busca de trabalho ou de "caridade".

Em 1549, trazia Tomé de Souza em sua armada naval, os seis primeiros jesuítas - entre eles o Padre Manoel de Nóbrega - que com suas vidas, vigor e trabalho apostulado trariam à colônia as primeiras tentativas educacionais; tentativas estas que marcariam enormemente os desígnios da futura educação brasileira. Já contava a Cia de Jesus, nessa época, com 9 anos de existência canônica.

O Pe. José de Anчета chegava em 1553, para juntamente com o Pe. Manoel de Nóbrega, dedicar-se à educação colonial numa vida de plenitude e catequese em meio aos selvagens.

É na cristianização da nova terra que se concentram os esforços dos jesuítas, pois a unidade da Igreja quebra-se na Europa, repartida em seitas protestantes. Urgia a necessidade de conversão de novos braços à fé católica.

No movimento das trocas a Europa, que começava a perder as suas características feudais e servis, abria-se para outro tipo de comércio fundamentado no mercado e nas leis. Tomava o lugar do estático mercadejar feudal (o burgo), o dinâmico mercado do comércio marítimo, que exigia um outro tipo de homem sem vínculo com a gleba, temente a Deus por conveniência e obediência, leal súdito da Coroa e trabalhador silencioso.

A colônia passaria a produzir mercadorias para a Metrôpole, que através da mão-de-obra indígena supriria o mercado compulsório português, garantindo seu lugar no mercado internacional.

O êxito da nova empresa colonizadora - a Cia de Jesus - objetivava também a conversão dos gentios (nascidos na colônia

de origem portuguesa) para não perdê-los como agentes de "El-Rei" nas terras jesuíticas conquistadas. Entretanto, para fixar-se na colônia a Cia - mesmo recebendo ajuda do Reino - deveria ter recursos suficientes para subsistir no que tange à sua sobrevivência e recrutamento de novos jesuítas.

Logo ao chegar à colônia, os jesuítas assentam suas residências, seus colégios, instalam os seus centros de ação e abastecimento para a conquista e domínio das almas multiplicando, ao longo da costa, os seus principais pontos de irradiação catequética: na Bahia fundam o Colégio dos Meninos de Jesus e ao sul fundam com o mesmo nome o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente.

Tanto um como outro tinha como função providenciarem a construção de uma casa "para recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também dos cristãos".¹

Era o começo dos recolhimentos de instrução e catequese previstos pelos El-Rei de Portugal, quando no início da colonização da nova terra.

Embuídos do espírito da contra reforma, a fim de recuperarem as perdas sofridas com o cisma do Oriente e Ocidente, tinha o jesuíta na figura do índio o objeto de catequese religiosa.

Por outro lado, esse mesmo índio ajudaria a fazer casas e demais trabalhos em que o empregasse, uma vez que a força de trabalho da colônia deveria emergir desse mesmo índio que receberia em troca a "educação do colonizador". Aldeá-lo foi a forma encontrada pelos jesuítas para começarem a ação catequética. Foi um trabalho que aniquilou comportamentos, crenças, valores e costumes da cultura tropical capaz de transformá-los, no entanto, aos moldes da civilização portuguesa. Os padres jesuítas

utilizaram-se do batismo, do combate à antropofagia, da abnegação ao profano, da fundamentação na fé. Em tudo isso valeram-se os jesuítas ao que o índio tinha de mais característico: o ritmo cultural de suas tradições (danças, festividades, instrumentos musicais). Lentamente, essas características foram sendo substituídas por "valores" culturais mais de acordo com os ideais europeus jesuíticos.

O movimento renascentista que deveria ser uma benção para a Cia de Jesus, como orientação cultural, deixou muito a desejar, pois continuaram presos ao medievalismo, daí, forçosamente a aculturação dos gentios no padrão estabelecido pelas normas e regras da Cia de Jesus em Portugal.

Assegurar a eficiência e continuidade da colonização cristã constituía-se na preocupação fundamental dos jesuítas. Para garantir seu intento partiram da premissa que os resultados seriam mais seguros através das crianças. A instrução catequética era o meio, e quinze dias depois da chegada da Cia de Jesus na Bahia

... já funcionava uma escola de ler, escrever e contar conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã... porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e tem muita inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós.²

Há de se considerar que somente pela aculturação sistemática e intensiva dos indígenas aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã, é que a colonização portuguesa pôde lançar raízes no solo colonial brasileiro. A obra de colonização e catequização baseada no aldeamento dos indígenas foi a forma encontrada pelos jesuítas para concretizar seus objetivos.

Entretanto, os interesses da Cia de Jesus em Portugal eram diferentes dos interesses dos jesuítas missionários na colônia. Havia contraversão entre os superiores daqui e os superiores da Metrôpole. Com a colônia já produzindo mercadorias, a Cia de Jesus no Reino estava interessada em proceder a um cuidadoso levantamento das rendas do Rei na nascente colônia. Pediram aos confrades que mandassem informações acerca dos redízimos - cobrança fiscal sobre os rendimentos operados na colônia em nome da proteção espiritual e manutenção da unidade cristã colônia/metrôpole - recebidos daqui pelo Rei a fim de que, perpetuamente, dotes e mantimentos para os Colégios da Cia de Jesus no Brasil fossem vinculados aos dízimos recebidos pela Cia de Jesus em Portugal. Dessa forma, a Cia receberia maior autonomia em seus recursos patrimoniais, pois a doação de terras e bens dos colonos radicados na colônia eram cada vez maiores. A Igreja tornou-se autônoma, detentora do monopólio do poder religioso e presente em todas as categorias sociais.

Na realidade colonial, os missionários passavam necessidade pois, até chegarem os suprimentos que requeriam ao Reino muitos meses se passavam surgindo daí, a "necessidade" de exploração de terras e escravos para o desenvolvimento da agricultura e pecuária a fim de garantir à Cia no Brasil a manutenção dos centros de educação e apostolado fundado por Nóbrega e seus seguidores.

Com a produção na colônia e apoiado pela escravidão reinante, intensificou-se a produção do solo, em que as condições objetivas de trabalho adquirida pelo homem moderno europeu - trabalho assalariado - estava afastado da colônia. Portanto, os investimentos que a Metrôpole havia feito ou que por

ventura viesse a fazer não correria nenhum risco de perda de capital, pois a economia colonial era complementar à economia metropolitana.

Assim, garantia Nóbrega aos Colégios uma condição econômica segura e estável, com amplas perspectivas de desenvolvimento acompanhando o crescimento e enriquecimento progressivo da insipiente colônia. Poderiam assim, os missionários e educadores da colônia deixar de se preocuparem em como conseguir, de ano para ano, os recursos para seu sustento e de seus alunos dedicando-se integralmente às tarefas do apostolado e do ensino.

Na medida em que os padres jesuítas trabalhavam na transformação dos gentios em homens produtivos para o novo modo de produção que se afirmava, fazia-se necessário evidenciar os instrumentos educacionais voltados para uma peculiar forma de relação social que se erigia na colônia.

A proporção que casas, escolas e colégios iam sendo construídos pelos índios, surge paralelamente uma educação expurgadora de costumes e hábitos. Necessidades antagônicas se estabeleceram entre os "selvagens". Introduziram-se novos padrões de civilidade, novas formas de disciplina, ordem, trabalho etc. Através da educação apostólica e literária reproduzia-se sistematicamente a obra doutrinária junto aos índios.

A prosperidade de algumas capitanias faria com que os Colégios fundados pelos jesuítas também as acompanhassem. Os Colégios que padeceram como os de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, e, em menor escala, o de São Vicente, estavam relacionados ao fracasso da própria capitania. A dificuldade em aldear os índios no processo produtivo nesses locais, deu-se

por falta de recursos econômicos e humanos dos donatários para explorar a capitania de modo lucrativo.

Há de se ressaltar que, mesmo com o fracasso das capitânicas os padres ficavam na região realizando pequenas obras de conversão. A medida que aumentavam as conversões juntavam-se a outros aglutinando-se, gradativamente, para formar uma missão. A proporção que um aldeamento era lucrativo, tornava-se concomitantemente, próspero.

De todos os Colégios, o mais importante e de maior influência foi o Colégio da Bahia e o Colégio do Rio de Janeiro, os quais apresentavam-se inteiramente montadas a organização do ensino jesuítico desde o Curso de Letras Humanas ou Humanidades e o de Artes, até o de Teologia e Ciências Sagradas.

Para iniciar os gentios no plano educacional começaram pelo Ensino Elementar. Ao romper do dia, a campainha era tocada e as crianças dirigiam-se para a Igreja para as preces, orações e canções. O coral era dividido em meninos e meninas para em seguida participarem da missa e posteriormente ter início a catequese, propriamente dita.

A distribuição do tempo não era rigorosa, variava algumas vezes, duas horas de manhã, outras vezes duas horas à tarde porque "... tem o mar longe e vão pelas manhãs pescar para si e para seus pais que não se mantêm doutra coisa".³

Ensinavam-lhes as orações mais comuns como o Padre Nosso, Ave-Maria, Salve Rainha, Credo; depois o catolicismo dialogado, em princípio na língua portuguesa e mais tarde em tupi-guarani. Havia uma pausa para o almoço para depois darem continuidade às atividades de leitura e escrita. No final da tarde, findo os trabalhos, reuniam-se novamente para as orações

e cantos e as crianças eram encarregadas de transmitirem a seus pais a doutrina recebida.

Em 1553, o Pe. Navarro havia completado os primeiros esboços de uma gramática tupi, que dela se utilizou na pregação aos gentios levada à cabo por Anchieta, no trabalho apostólico, junto aos índios quando aqui chegou no mesmo ano. Três anos depois, o Colégio da Bahia já ensinava o idioma indígena na conversão da gentilidade, o que os fez aperfeiçoar a catequese tanto na forma oral quanto na forma escrita.

Há de se notar que o Latim era ensinado nos colégios, porém a Cia carecia de missionários. Muitos jesuítas que foram mandados à colônia como reforço catequético solicitado por Nóbrega não tinham maior instrução em Latim, Humanidades e Teologia, a fim de que pudessem se habilitar às árduas funções do sacerdócio e às responsabilidades da catequese.

Nesse instante a educação colonial torna-se dual - uma destinada ao índio e outra para o gentio. A ação dos missionários não se limitou à aculturação e à catequese dos selvagens, estendia-se também aos colonos portugueses na assistência espiritual e até mesmo no aconselhamento e orientação prática de assuntos temporais e problemas materiais.

Segundo uma tradição da família portuguesa (...) seguiam os filhos três direções ou carreiras (...) o herdeiro do morgado, seguia o destino paterno; o segundo a carreira de letrado (...) começando os estudos no colégio para concluí-los na Europa; e o terceiro, entrava para a Igreja, professando aos 15 anos num convento, num colégio ou envergando a batina num seminário.⁴

Assim caíam todos sob a influência da educação jesuítica, seja em seus colégios na Colônia ou na Universidade de Coimbra.

Portanto, fora dos Colégios, existia nas casas espalhadas pelas capitânicas, a escola de ler, escrever e contar considerados prolongamento da obra da catequese; os Colégios destinavam-se à formação profissional e doutrinação dos futuros missionários, nos quais, por exceção, e, como um favor, admitia-se um número restrito de estudantes leigos. Na escola elementar não havia distinção de raça e suas portas estavam abertas para todos quantos nele quisessem aprender.

Aos escolares indígenas que freqüentavam a escola de ler, escrever e contar eram usados todos os recursos e estratégias para a consecução dos objetivos da Cia. Os padres utilizavam-se de todos os meios disponíveis para a conquista dos catecúmenos - indígenas que se preparavam para receber o batismo. Adaptando a poesia, o teatro, o canto, os sermões, as festas religiosas e outros rituais - atividades comuns aos índios - para através deles representar sua vida cotidiana como estratégia para atrair e transformar os selvagens.

Era característico nos indígenas o canto, música e dança, e os padres aproveitavam-se desta disposição para levá-los, pouco a pouco, na prática da religião trocando as letras das músicas.

As procissões eram verdadeiras festas para os selvagens que delas participavam com seus instrumentos musicais, tais como taquaras e maracás. No fim destas incursões religiosas, não só os meninos, mas os adultos também respondiam às invocações. E para industrializar e animar os meninos, os padres tocavam e, até algumas vezes dançavam com eles.

No processo de colonização, os jesuítas assumiram papel de organizadores sociais da catequização, pois eram os únicos

letrados na colônia. A infiltração cristã entre os índios começou gradualmente com incursões catequéticas nas quais os sermões transformava-se em grandes momentos de emoção impressionando-os como uma verdadeira encenação dramática.

"Anchieta ambientava sempre as suas peças ainda as essencialmente religiosas. Seus mistérios tinham cor local".⁵

Essa maneira de catequisar o índio, através da emoção, exigiu dos jesuítas a retomada ao teatro e à poesia medieval, pois não podendo, inicialmente, fazer com que o índio compreendesse a religião, fazia com que gostasse dela. Uma vez que a religião indígena era substancialmente diferente da pregada pelos padres jesuítas inspirada no temor a Deus, a dos índios baseava-se na adoração das forças da natureza.

Dessa forma, os padres desenvolveram junto aos índios todo um trabalho voltado para a elaboração de poesias e peças para o teatro com características marcadas pela abnegação de qualquer conteúdo renascentista.

Convém salientar que a educação adquiriu esta dualidade no período colonial, pois o teatro destinado aos índios era instrumento para inculcação e o teatro destinado aos Colégios e Seminários, os quais recebia o nome de Diálogos ou Auto, se ensinava os principais mistérios da religião.

Até meados de 1584 essas representações nos Colégios eram feitas em Latim e para os índios - com autorização da Cia de Jesus de Portugal - as encenações e interiorizações dos mistérios eram feitas em português, pois os jesuítas acreditavam que com a mudança de idioma os índios assumiriam com maior propriedade os novos preceitos morais e religiosos inculcados pelos jesuítas.

Começou-se a ensinar o Latim nos Colégios da colônia no momento em que deixava de ser língua literária no Reino, pois, já no século XVI, algumas escolas monacais mantinham tradutores de obras literárias para o vulgar. Estas obras não chegavam à colônia dessa maneira.

Isto quer dizer que na proporção em que novos jesuítas fossem chegando à colônia e não tivessem base cultural alguma, seriam completados na nova terra, uma vez que estes não tinham alcançado os graus de estudos humanistas estabelecidos pela Ratio Studiorum na formação dos missionários. Tendo em vista a necessidade premente que Nóbrega tinha de um contingente cada vez maior de missionários para atender a catequese na colônia, a formação humanística da maioria deles era incompleta. Os reforços mandados ao Brasil eram cada vez maiores e sem muita seleção cultural, porém com grandes princípios religiosos e de grande proveito na seara de Deus, pois bastava que fossem firmes na fé e imbuídos do verdadeiro espírito da Cia de Jesus.

Coube a Anchieta suprimir essa falta de estudos universitários, estabelecendo em 1553 no Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente cursos destinados ao apostolado entre os portugueses e seus filhos, curumins indígenas e alguns mame-lucos.

Compenetrando-se na nova função Anchieta dividiu o grau de preparo e de adiantamento em que cada um deles se encontrava em 3 grupos: o dos mais adiantados, o dos médios e o dos mais atrasados. A cada um desses grupos começou Anchieta a dar aulas em separado acomodando suas lições ao seu respectivo preparo e capacidade.

Para completar a formação dos futuros missionários corporificaram as regras pedagógicas de Santo Inácio ditadas pela Ratio Studiorum que devia abranger o Curso de Letras Humanas ou Humanidades, o de Filosofia e Ciências e o de Teologia e Ciências Sagradas. Este constituiu-se num verdadeiro código escolar e foram utilizados em todos os Colégios da Cia.

Na primeira fase da instrução na colônia, os padres jesuítas chamaram-na de Instrução Elementar, na qual se ensinava a ler, escrever e contar aos filhos dos senhores que não tinham professores particulares em suas casas e aos gentios na obra de conversão.

Na segunda fase de instrução educacional na colônia, o curso de Letras Humanas e seu segmento era destinado aos padres, filhos dos portugueses nascidos na colônia, bem como aos que pretendiam prosseguir seus estudos na Europa. Aos negros e índios era vedado esse campo de atividade pastoral.

O currículo era composto de latim, grego e hebraico. Na colônia o grego foi substituído pelo tupi-guarani, mas mantinha-se o latim, pois era nele que vinham os textos empregados na formação dos padres e/ou classes dirigentes.

Quando se fala em livros introduzidos na colônia pelos jesuítas, precisa-se entender que são livros piedosos e de doutrina com alcance restrito. Havia seleção de leitura e de livros a fim de não tornarem-se obstáculos ao cultivo sério do latim.

Além da Escritura Sagrada, os grandes autores da Igreja como São Tomé de Aquino, Escoto, Nicolau de Cusa e outros eram obras que serviam aos estudos nos Colégios e Seminários.

Do ponto de vista prático, os estudos nesses Colégios e Seminários se passavam na maioria das vezes sem artes (enten-

da-se gramática) e livros pelo menos para todos, o que suscitava nos estudantes a necessidade de cópia das lições para suprir a falta destes.

O curso de Letras Humanas era dividida em 3 secções: Retórica, Humanidades e Gramática com estudo da língua latina. A Gramática se dividia em Suprema, Média e Ínfima. Na colônia, ensinava-se a Gramática e Humanidades. O latim era falado nos grandes exercícios escolares e em todos os dias de aula; o português era permitido durante os recreios e nos dias feriados.

Depois do Curso de Humanidades vinha o Curso de Artes/Ciências Naturais/Filosofia que abrangia a Lógica, a Física, a Metafísica, a Ética e a Matemática elementar e superior como também a Teodicéia. Este curso destinava-se exclusivamente aos alunos que iam ser padres e tinham a duração de 3 anos, às vezes de quatro. Já em 1575, acontecia no Colégio da Bahia colação de grau aos primeiros alunos que participaram do curso de Artes.

A este primeiro passo seguiram-se outros: em 1576 houve a colação de grau em Licenciatura a alguns estudantes externos e a 4 jesuítas; em 1578 conferiu-se as primeiras lãureas de Mestres em Artes a 3 externos e a 2 da Cia. Em 1581 novos doutoramentos. Era a Cia de Jesus promovendo e legitimando futuros padres para atuarem na colônia.

Para finalizar os estudos havia o Curso de Teologia dividido em Teologia Moral e Teologia Especulativa. O primeiro destinava-se aos estudos dos Atos, Virtudes, Vícios do Comportamento Humano, dando-se nesses estudos o nome "lições de casos de consciência", com duração de 3 anos. O segundo desti-

nava-se a estudar especificamente os dogmas da fé católica, através de São Tomás com duração de 4 anos.

O Curso de Teologia Moral dividia-se em 3 partes:

. Moral Geral na qual estudava-se "O fim último (DEUS)"; "As Leis"; "O Dever e o Direito" e os "Atos dos Romanos".

. Moral Pessoal, na qual estudava-se a "Justiça"; a "Caridade"; "Os Deveres para com o próximo, os Deveres para com o Trabalho e os Deveres para com a Propriedade Alheia".

De forma universal, o ensino da educação moral baseava-se no estudo da psicologia, no conhecimento do mundo para estudo da alma humana, no governo das paixões, no domínio sobre as tendências impulsivas.

Não obstante, é mister a disciplina, baseada na obediência, necessária para o cumprimento da missão a eles confiada pelos seus pais. Mais do que castigos de natureza física e de exclusão, usava-se os de moral.

Para entrecortar as tarefas escolares, os dias de descanso e férias eram feitos semanalmente - um dia por inteiro - as quartas ou quintas-feiras, e as férias anuais andavam sempre por volta do Natal com ligeiras variações. Essas férias eram aproveitadas em grupos, em alguma aldeia próxima as quais saiam para evangelizar tribos ainda pouco catequizados ou recolhiam-se para realizar exercícios espirituais propostos por Santo Inácio.

O ano escolar começava em 3 de fevereiro, com atos de solenidade dos quais todos os professores, gentios e índios participavam.

Quanto aos recursos didáticos usados na educação dos padres, os instrumentos utilizados eram os mesmos utilizados na educação gentílica. Serviam-se do teatro, da poesia e da

música, enfatizando a reprodução dos Atos e Diálogos de forma mística e não impondo mudanças de comportamento como os usados com os gentílicos.

Os textos usados para estudos no Curso de Humanidades eram principalmente os de Cícero e Virgílio. Os textos clássicos eram emendados/reformados ou expurgados. Lia-se, portanto, Demóstenes, Platão, Homero, Pindaro e Aristóteles entre outros, trazendo para a colônia esterilidade de ensino e isolamento de uma cultura contemporânea.

"... Num século em que a física de Galileu destronara a do Estagirita e Bacon e Descartes haviam lançado os fundamentos de outras metódicas..."⁶

O pensamento intelectual filosófico do século XVII em Portugal é ainda totalmente dominado pelo espírito de reação que sucedeu ao Concílio de Trento, o que vem - através da Cia de Jesus - desfrutar na colônia, o predomínio, em matéria de ensino e de concepção dominante o de uma "educação escolástica" mantida pela lei da obrigatoriedade dos textos e escravização do mestre, impossibilitando-o ao progresso científico. Segundo os escolásticos, em Aristóteles estava tudo: nada que investigar ou que discutir, só havia que comentar.

A censura institucionalizada dos livros - quer estrangeiros, quer nacionais - que levantassem, por menor que fosse, qualquer dúvida ou questionamento sobre a forma de viver e pensar fora da ordem estabelecida eram terminantemente proibidos, conseqüentemente deu-nos uma cultura retardante e frustrada.

A tentativa de conferir a categoria de Ensino Superior ao Colégio Jesuítico na Bahia, equiparando-o à Universidade de Évora - em 1675 - despertou no Reino que aqui havia uma conquis-

ta intelectual que poria em risco a hegemonia portuguesa. Isto necessitava ser cortado para não despertar um sentimento de nacionalidade.

Assim a educação colonial, em seus primórdios ficou reduzida a comentários "instrumento útil e necessário" para a obra de colonização proposta pelo Reino em 1549.

A ação cultural humanística que o Colégio da Bahia alcançou no Reino, a solidez de recursos econômicos próprios para o sustento dos futuros missionários e educadores e um acervo patrimonial imenso alcançado pelos jesuítas no que tange a doação de terras e dizimos, mais a monopolização do ensino alcançado na colônia levou a expulsão destes em 1759 pelo então Marquês de Pombal. Alegou-se que a Cia havia perdido o espírito ideal do seu fundador para substituí-la pela ambição do poder e de riquezas, manejando os governos como um instrumento político e ao sabor de suas conveniências.

Entretanto, em Portugal, a miséria econômica e intelectual do reino era arrasadora. Na Europa novas concepções filosóficas e científicas se difundiam e iam ganhando terreno nos espíritos dos jovens portugueses que os fez criticar o método pedagógico adotado pelos jesuítas no que tange ao ensino repercutindo entre boa parte dos intelectuais conscientizando-os da necessidade que havia de recuperação do ensino escolástico até então ensinado na Metrôpole e no ultra-mar.

Tomou Pombal medidas radicais quanto ao ensino, tanto em Portugal como na colônia, trazendo sérias conseqüências à política econômica e social para ambos. Não houve no ensino, ruptura total com a tradição. Pombal adotou um esquema educacional voltado para a formação do homem capaz de transformar

Portugal, a exemplo dos demais países europeus que já haviam se afastado do modo de produção feudal para um sistema mercantil competitivo.

O ensino colonial sofreu fragmentações no que tange à formação do futuro trabalhador, mas a unidade social e cultural plantada pelos jesuítas continuou a viver sob a forma hegemônica de interferência da feudalidade da Igreja nas instituições escolares até princípios do século XVIII. Quando novas idéias liberais e democráticas começam a adentrar no Brasil sob a forma de revoluções ou conjuração, adquiriram caráter revolucionário, pois conduziu toda uma população a lutar pela liberdade (política) de Portugal. Liberdade esta que ressurgiu como um problema a ser resolvido pelas condições de vida de um povo brasileiro e pelo estabelecimento de uma organização (in)operante.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil: o período heróico. Rio de Janeiro : Ed. Aurora, 1958. p. 45.

²MATTOS, p. 45.

³LEITE, Serafim S.J. História da Cia de Jesus no Brasil. Livraria Portugália, 1938: v. 2, p. 26.

⁴AZEVEDO, Fernando. Cultura brasileira. Brasília : UnB, 1963. p. 54.

⁵MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo : Cultrix, 1977. p. 36.

⁶MARTINS, p. 110.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

A proposta básica desse trabalho foi acompanhar historicamente o vínculo entre a ação dos jesuítas, enquanto missionários, donos de uma Cia catequética e o processo de colonização portuguesa.

Transformar o indígena - considerado improdutivo - em homem produtivo exigiu dos jesuítas esforços e determinação na concretização de sua ação educativa. Para isso, os padres usaram a obediência como princípio básico para impor a vontade da Cia colonizadora de Jesus às relações que estabeleciam com os índios. Ainda que o indígena fosse resistente a ação dos jesuítas, os sacerdotes embuidos de superioridade - legal e de fé - transformariam o indígena em objeto de servir, tendo em vista que concedera-lhe a vida de "salvação" em troca de seu trabalho.

O desenvolvimento do comércio mercantil nos fins do século XVIII, bem como a cisão religiosa representada pela Reforma, fez com que "colonização" e "catequese" se confundissem, pois uma servia para abastecer o mercado interno português e a outra constituía-se na tarefa de conquistar consciências por necessidade de sobrevivência da Igreja Romana.

O indígena brasileiro vivia num regime de comunidade que não plantava, não criava e não trocava, em relação ao mercado europeu que emergia, via mercantilismo, para o sistema capita-

lista. O estágio de organização social do indígena brasileiro ainda era o de auto bastar-se.

A contribuição da nova possessão consistia na extensão territorial - abundante e inculta. Terra pobre, sem manufaturas, nula em capitais próprios, vêem-se os portugueses diante da necessidade de investir no eixo Colônia-Metrópole, para acumulação no reino do capital comercial, a Europa, primeiramente detendo-se na exploração do pau-brasil seguido pelos demais ciclos econômicos colonizador da "grande ilha".

As relações escravistas, já existentes na Metrópole, foram transplantadas para a colônia e monopolizadas pelas ordens religiosas, notadamente os jesuítas. Através do caráter servil imposto pela Cia de Jesus, Estado e Igreja, compreenderam a importância de uma economia comercial forte para garantirem sua entrada no emergente capitalismo europeu. Para que a Nação portuguesa pudesse ter o controle efetivo sobre a colônia, delegou à Cia de Jesus o processo educacional colonial, tendo em vista que esta mesma Cia já operava com brilhantismo na Metrópole. Como instrumento de ordem cultural, os jesuítas desenvolveram na colônia as escolas de ler, escrever e contar direcionadas às crianças indígenas e os Colégios destinados aos filhos dos gentios.

A propagação da fé católica levou os jesuítas a ignorarem a cultura tribal introduzindo leis e costumes europeus o que supunha uma forte organização das atividades produtivas. Cultivar a terra, implicava em trabalho, produção e obtenção de lucros para a Cia. Através das mudanças de comportamento, crenças, costumes e hábitos chegariam a habituar os índios ao trabalho. A ninguém era poupado o trabalho braçal nas construções, no início da colonização.

A educação jesuítica articulava, então, como objetivo principal promover o selvagem "improdutivo" num trabalhador produtivo pelo "temor a Deus e ao Rei de Portugal".

No entanto, os reinóis desejavam essa transformação de imediato, a fim de que a nova terra cobrisse os investimentos e futuras despesas e as explorações anteriormente executadas, na medida em que a empresa monárquica lusitana apresentava sinais de decadência. O jesuíta não veio para a colônia com o objetivo de criar um mundo diferente do europeu, mas para promover a manutenção e expansão das forças conservadoras do velho mundo e da Metrôpole explorando a colônia. A rigor, promoveram os recursos humanos fundamentais para a transformação do capital mercantil para capital produtivo, fomentando a produção colonial em níveis aceitáveis em qualidade e competitividade para o mercado europeu.

Tendo em vista que as relações escravistas foram transplantadas da Europa para a colônia pelos jesuítas, esse mesmo jesuíta representou o freio da ação escravista levada a extremo, pela necessidade de mão-de-obra para a integração efetiva do indígena na ordem social vigente. Esse acontecimento veio dificultar a possibilidade de produzir um trabalhador na colônia com alguma importância social para a economia vigente na Europa. Isso gerou grave crise entre os dirigentes da Cia de Jesus de Portugal e o Rei, pois os jesuítas vieram à colônia para através de sua ação caquética, estender e alargar os domínios de exploração portuguesa.

Entenda-se doutrinação como aculturação para transformar os índios em trabalhadores produtivos para a sociedade colonial. A cristianização surge, nesse contexto, como veículo

de colonização que significa conquista e/ou triunfo sobre a forma de vida então encontrada.

No fundo, numa terra rude como a da colônia, para os padrões europeus, as relações sociais estabelecidas eram de completa dependência dos dirigentes (tanto por parte da Congregação como por parte do Rei) sob a forma de dízimos e quintos reais. A Cia de Jesus do além-mar aceitava de bom grado a arrecadação dos dízimos reais e de toda e qualquer doação vinda da colônia, pois, aos poucos, foi formado seu patrimônio na "conquista de almas".

E no bojo dessa dinâmica, no processo produtivo missionário em que a Cia de Jesus une-se ao Rei articulando politicamente interesses do Estado-Igreja. O Estado exercia um controle centralizado sobre o processo educacional através de um acordo entre a Igreja e Rei, para transformar os descendentes - seguidores da religião católica conforme a tradição - em funcionários reais, nomeados por sua magestade para garantir a soberania sobre as terras do além-mar.

Sem dúvida, a educação foi expressão de conquista, pois o processo de instrução era lento e gradual tendo em vista que a escola de ler, escrever e contar era simples meio de ensinar os gentílicos - mediados pela emoção - a gostar de trabalhar na concepção mercantilista portuguesa.

Tal processo reverte na quebra do ensino elementar proposto na colônia, pois havia um ensino voltado para os padres e filhos das classes dirigentes e outra para os índios. Podemos dizer, uma aculturadora - para os indígenas - e a outra conservadora, mas não avançada em relação aos moldes europeus, pois estes lograram atenuar com seu ensino, que as relações

escravistas existentes eram necessárias para que as relações de produção colonial tivessem êxito. Uma vez inserida a consciência anti-materialista na colônia, a marcha da expansão colonizadora portuguesa e jesuítica em todas as direções territoriais só poderiam tender ao lucro.

Do ponto de vista da ação governamental centralizada na Metrôpole, cabia à colônia assegurar a posse da terra através da exploração econômica e cristianização da mesma. As normas, leis e deliberações eram apenas ditadas pela Coroa, porém isso não era o suficiente para assegurar aos colonizadores total dependência à dominação portuguesa.

A divergência estabelecida entre colonizadores e Metrôpoles pode ser compreendida através de certa autonomia adquirida pelos donatários de sesmarias, pelos funcionários reais e demais encarregados administrativos do reino radicados na colônia, que, ao inaugurarem atividades "ilegais" asseguraram pela exportação de matérias primas e outras nações que não a portuguesa, uma economia paralela à oficial.

Num primeiro momento da catequese jesuítica, os padres da Cia de Jesus colocaram a educação a serviço de seus ideais religiosos subordinando os colonos, gentios e índios a uma disciplina escolástica, verbalista e pragmática, formando o homem exigido pela sociedade deste tempo. Conservadora, pois a classe dirigente da colônia já assumira uma nova forma de produção - através do escravismo - tornando a formação social ajustada ao modelo de pupilo jesuítico.

A solicitação do grau de equivalência dos colégios da colônia com os colégios da Metrôpole - politicamente negada - levou os padres jesuítas a ministrarem um ensino ao molde euro-

peu da época, porém adaptando-o às exigências da sociedade colonial onde nenhuma outra atividade diferente - da formação para o sacerdócio e/ou servidores - poderia perturbar a estrutura social colonial vigente.

Portanto, sentiram os jesuítas que aqui não era possível adotar na íntegra, os planos de estudos da Ratio Studiorum em vigor na Europa, caracterizando, dessa forma, a educação colonial como um período de uniformidade, dado ao monopólio que a Cia de Comércio de Jesus exercia entre os colonizadores.

Pombal, almejando para Portugal o mesmo progresso que outras nações européias já desfrutavam, retirou dos jesuítas o monopólio educacional - tanto na colônia como na metrópole - acarretando sérias conseqüências à formação social na colônia.

As reformas educacionais que pretendia introduzir no reino e conseqüentemente nas além mar, eram novas fórmulas pedagógicas calcadas no espírito científico tão em voga na Europa. Como os jesuítas conservaram inalteráveis as fórmulas educacionais no currículo das escolas nacionais, Pombal sanciona o Alvará de 28 de junho de 1759, reformando o ensino de humanidades em que procura laicizar a estrutura da sociedade portuguesa, mantendo, porém, a religião.

Diante do exposto ao se fazer afirmações sobre o conteúdo e função que os jesuítas detiveram sobre a classe dirigente e seus seguidores não são tais afirmações, em seu todo conclusivas, mas indicativas que deverão ser aprofundadas em estudos posteriores.

Neste período de intensa pesquisa bibliográfica, muitas dúvidas foram surgindo e algumas foram se revolvendo à proporção que a pesquisa se ampliava.

Assim, a educação dada aos padres era, obviamente, diferente da educação dada aos indígenas; o que diferenciava, no entanto, uma da outra era o grau de dificuldade em que elas eram apresentadas. O uso de recursos e conteúdos eram os mesmos, visando sempre as abstrações relativas a lei, ao dever, ao direito, à justiça, à alma, à salvação. Daí o caráter dual de nossas escolas reforçadas cada vez mais por correntes pragmáticas e tendências centralizadoras e totalizantes da política educacional, representadas por posições e segmentos sociais.

A *gratuidade do ensino* que remotamente se origina na re-dizima - tem sua explicação nos acordos políticos e econômicos que os monarcas portugueses e a Igreja Católica celebravam entre si. A 1.^a organizava essa exploração e a segunda cabia a implementação dessa prática. O maior mérito está em que - portugueses e jesuítas, apesar das diferenças - legitimaram a exploração e posse da terra, influenciando cada um de modo marcante sobre toda concepção idealista presente no pedagógico brasileiro.

Entretanto, é ainda necessário recuperar todo o processo educacional na colônia resgatando com maior profundidade as condições sociais, econômicas e políticas que em última análise determinaram as perspectivas pedagógicas imbricadas na formação do homem brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, Francisco et al. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1985.
2. _____. História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1985.
3. ARRUDA, José Jobson de A. História antiga e medieval. São Paulo : Ática, 1977.
4. BURNS, Edward McNall. História da civilização ocidental. Porto Alegre : Globo, 1977. v. 1.
5. CALMON, Pedro. História da civilização brasileira. São Paulo : Nacional, 1933.
6. CARNAXIDE, Visconde. O Brasil na administração Pombalina. São Paulo : Nacional, 1940.
7. CAPISTRANO DE ABREU, João. Capítulos da história colonial: os caminhos antigos e o povoamento do Brasil (1500-1800). Brasília : UnB, 1963.
8. CORVISIER, André. História moderna. São Paulo : Difel, 1990.
9. CROUZET, Maurice. História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1960. v. 4.
10. D'AUBIGNÉ, J.H. Merle. História da reforma do séc. XVI. São Paulo : Casa Ed. Presbiteriana, 1951.
11. DICKENS, A.G. A reforma. Lisboa : Ed. Verbo, 1971.
12. _____. A contra reforma. Lisboa : Ed. Verbo, 1971.
13. DEYON, Pierre. O mercantilismo. São Paulo : Perspectiva, 1973.

14. DELUMEAU, Jean. La reforma. Barcelona : Ed. Labor, 1967.
15. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro : Zahar, 1971.
16. ELTON, G.R. A Europa durante a reforma (1517-1559). São Paulo : Difel, 1977.
17. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. 2.ed. São Paulo : EDUPS, 1975. v.1.
18. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
19. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1956.
20. _____. História geral da civilização brasileira. 3.ed. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968. v. 1.
21. HUBERMAN, Léo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.
22. LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro : Ed. Brasília, 1974.
23. MAIA, Pedro S.J. (org.) Ratio Studiorum: método pedagógico dos jesuítas. São Paulo : Loyola, 1986.
24. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação. São Paulo : Cortez, 1989.
25. MARQUES, Adhemar. História moderna através de textos. São Paulo : Contexto, 1989.
26. MARTINS, Oliveira. O Brasil e as colônias portuguesas. Lisboa : Guimarães e Cia, 1953.
27. MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira (1550-1794). São Paulo : Cultrix, 1977.
28. MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil. Rio de Janeiro : Aurora, 1958.
29. MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

30. MULLET, Michael. A contra-reforma. Lisboa : Ed. Gradiva, 1985.
31. PRADO, J.F. de Almeida. O Brasil e o colonialismo europeu. São Paulo : Nacional, 1956.
32. PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1988.
33. _____. Evolução política do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1947.
34. PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. São Paulo : Mestre Jou, 1963.
35. PONCE, Anibal. Educação e luta de classes. 8.ed. São Paulo : Cortez, 1988.
36. RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório.
37. ROMANO, Ruggiero ; TENENTI, Alberto. Los fundamentos del mundo moderno. Espanã Ed., 1972. v. 12.
38. SALVADOR, José Gonçalves. Os cristãos novos: povoamento e conquistado solo brasileiro (1530-1680). São Paulo : Pioneira/EDUSP, 1976.
39. SANTOS, Francisco Bahia dos. Política ultramarina de Portugal. Lisboa : Sociedade de Geografia de Lisboa, 1955.
40. SERAFIM LEITE, S.J. História da Cia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1938. 2 v.
41. SERGIO, Antonio. Breve interpretação da história de Portugal. Lisboa : Sá da Costa Ed., 1981.
42. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Lisboa : Ed. Verbo, 1980. v. 3.
43. SWEEZY, Paul M. Do feudalismo ao capitalismo. São Paulo : Martins Fontes, 1977.
44. TÜCHLE, Germano. Nova história da Igreja: reforma e contra-reforma. Petrópolis : Vozes, 1971.
45. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo : Pioneira, 1967.